

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SERGIPE

SEBRAE SERGIPE

Vinculado ao MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTERIOR - MDIC

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Aracaju - SE/ fevereiro de 2015

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SERGIPE

SEBRAE SERGIPE

Vinculado ao MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTERIOR - MDIC

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e da DN TCU nº 134/2013.

Aracaju - SE/ fevereiro de 2015

Sumário

1.	Identificação e Atributos	6
1.1.	Identificação	6
1.2.	Introdução	6
1.3.	Cenário de Atuação	7
1.4.	Organograma	8
2.	Planejamento e Resultados Alcançados	11
2.1.	Estratégia de Atuação	11
2.2.	Objetivos Estratégicos	12
2.3.	Prioridades	13
2.4.	Medidas de Gestão do Plano	14
2.5.	Metas	15
2.5.1	Indicadores Institucionais	15
2.5.2	Metas Mobilizadoras	15
2.5.3	Metas de Atendimento	16
	Numa leitura do período 2012-2014 são esclarecidas as variações mais significativas ocorridas, nos atendimentos seguintes:	18
•	Horas de consultoria – a variação de 114.530 em 2013 para 69.658 horas de consultoria em 2014 foi, em grande parte, consequência da realização de duas devolutivas do projeto ALI em 2013 com 42.648 horas de consultoria, respondendo por 37% do total do ano de 2013, sendo que 2014 só aconteceu uma devolutiva com a realização de 18.733 horas. Esse fato explica 53% da queda de horas de consultoria.	18
2.6.	Programas Nacionais	19
2.7.	Carteiras de Projetos	20
2.7.1	Projetos de Atendimento	20
2.7.1.1	Agronegócio	20
2.7.1.2	Comércio	22
2.7.1.3	Indústria	24
2.7.1.4	Serviços	25
2.7.1.5	Territorial	27
2.7.2	Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços	31
2.7.3	Projetos de Articulação Institucional	31
3.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	34
3.1.	Estrutura de Governança	34

3.2. Atuação da Auditoria	34
3.3. Sistema de Correição	34
3.4. Avaliação dos Controles Internos	35
3.5. Dirigentes e Membros de Conselhos	36
3.6. Remuneração a Dirigentes	39
4. Programação e Execução Contábil e Financeira	40
4.1. Programação Orçamentária das Receitas e Despesas	40
4.2. Execução Orçamentária das Receitas e Despesas	40
4.3. Maiores Contratos e Favorecidos	42
TICKET.....	46
SERVIÇOS S/A.....	46
EMPRESA.....	46
MARTINS.....	47
4.4. Maiores Contratos para Obras de Engenharia	49
4.5. Informações sobre Transferências	50
4.5.1 Convênios	50
5. Gestão Administrativa	52
5.1. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	52
5.1.2 Mão de Obra Terceirizada e Estagiários	54
5.2. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	56
5.2.1. Veículos Próprios ou Locados de Terceiros	56
5.2.2 Patrimônio Imobiliário Próprio ou Locado de Terceiros	57
5.3 Gestão da Tecnologia da Informação	58
5.4 Outros assuntos administrativos	59
6. Sustentabilidade.....	60
7. Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle.....	61
7.1 Tratamentos das deliberações exaradas em acórdãos do TCU	61
7.2 Tratamentos das recomendações feitas pela CGU	63
8. Informações Contábeis	66
8.1 Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores	66
9. Resultados e Conclusões	67
10. Relacionamento com a Sociedade	69
ANEXOS.....	70

Lista de Figuras, Tabelas e Quadros

Figura	Nome	Página
Figura 1	– Organograma.....	8
Figura 2	– Mapa Estratégico.....	12

Tabela	Nome	Página
Tabela 1	– Resultados Institucionais	15
Tabela 2	– Metas Mobilizadoras	16
Tabela 3	– Resultados do Atendimento por Público	17
Tabela 4	– Resultados por Instrumentos de Atendimento	17
Tabela 14	– Histórico de Gastos com Energia.....	60

Quadro	Nome	Página
Quadro 1	– Identificação do SEBRAE	6
Quadro 2	– Unidades Organizacionais: missão e macroprocesso	9
Quadro 3	– Objetivos Estratégicos Nacionais e Locais.....	11
Quadro 4	– Execução por Objetivo Estratégico	12
Quadro 5	– Prioridades Estratégicas.....	13
Quadro 6	– Execução por Prioridades Estratégicas	13
Quadro 7	– Execução dos Programas Nacionais	19
Quadro 8	– Execução da Carteira de Projetos por Setor	20
Quadro 9	– Execução da Carteira de Projetos	20
Quadro 10	– Execução da Carteira de Projetos	22
Quadro 11	– Execução da Carteira de Projetos	24
Quadro 12	– Execução da Carteira de Projetos	25
Quadro 13	– Execução da Carteira de Projetos	27
Quadro 14	– Execução da Carteira de Projetos	31
Quadro 15	– Execução da Carteira de Projetos	31
Quadro 16	– Avaliação dos Controles Internos.....	35
Quadro 17	- Dirigentes e Membros de Conselhos.....	36
Quadro 18	– Remuneração de Dirigentes	39
Quadro 19	- Programação Orçamentária das Receitas e Despesas.....	40
Quadro 20	- Execução Orçamentária das Receitas e Despesas	40
Quadro 21	– Indicadores de Limites Orçamentários	41
Quadro 22	– Dez Maiores Contratos Firmados	43
Quadro 23	– Dez Maiores Fornecedores por Despesas Liquidadas	45
Quadro 24	– Situação de Convênios.....	50
Quadro 25	– Prestação de Contas de Convênios	51
Quadro 26	- Demonstração da Força de Trabalho.....	52
Quadro 27	– Afastamentos superiores a 15 dias.....	52
Quadro 28	- Quantidade e percentual de analistas e assistentes com distribuição por área	52
Quadro 29	– Perfil de Escolaridade por faixa.....	52
Quadro 30	– Perfil de Idade.....	52
Quadro 31	- Custos de manutenção de recursos humanos de 01/01/2014 a 31/12/2014.....	53

Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	54
Quadro 33 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	55
Quadro 34 – Quantitativo de Estagiários.....	56
Quadro 35 - Imóvel próprio:.....	57
Quadro 36 - Imóveis locados:.....	57
Quadro 37 – Contratos de TI.....	58
Quadro 38 - Deliberações do TCU Atendidas.....	61
Quadro 39 - Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas	63
Quadro 40 – Medidas de Gestão PPA 2015-2018	67

1. Identificação e Atributos

1.1. Identificação

Quadro 1 – Identificação do SEBRAE

Identificação	
Denominação completa: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe	
Denominação abreviada: SEBRAE/SE	
Vinculação Ministerial: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	
CNPJ: 13.115.183/0001-32	
Situação: ativa	
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo	
Principal Atividade: Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo.	Código CNAE: 7020-4/00
Telefones/Fax de contato: (079) 2106-7701	
Endereço Eletrônico: faleconosco@sebrae.com.br	
Página na Internet: www.se.sebrae.com.br	
Endereço Postal: Av. Tancredo Neves, 5500, Bairro América, CEP 49080-470 – Aracaju – SE	
Normas relacionadas	
Lei nº 8.029 de 12/04/1990 Lei nº 8.154 de 28/12/1990 Decreto nº 99.570 de 09/10/1990 Resolução CDE nº 02/2010 de 24/02/2010, homologado pelo CDN em 29/04/2010 – Estatuto Social. Resolução CDE nº 03/2013 de 25/04/2013 - Regimento Interno. Resolução CDE nº 06/2012 de 20/09/2012 - Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Resolução CDE nº 12/2013 de 28/11/2013 - Regimento Interno do Conselho Fiscal. Resolução CDN nº 213/2014, de 18/05/2011 - Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema S.	

1.2. Introdução

O relatório de gestão está estruturado conforme modelo encaminhado pelo SEBRAE/NA e definido em conjunto com o TCU, e de acordo com a Parte C do Anexo II da DN TCU 134/2013, no que se refere aos serviços sociais autônomos. Não são aplicáveis à realidade da unidade os itens de desoneração de folha de pagamentos de prestadores de serviços e informações referentes a Outras Transferências, além de convênios.

Também não há declaração a ser feita quanto à demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, uma vez que não houve tal fato. Quanto às recomendações de órgãos de controle, não há recomendações da CGU pendentes de atendimento.

Com a missão de “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Sergipe e do Brasil” o SEBRAE/SE, atuando num Estado que 99 % dos estabelecimentos produtivos são pequenos negócios, tem sido um protagonista crucial para o desenvolvimento deste Estado.

Das suas ações pode ser destacado o troféu bronze conquistado em 2014 referente ao ciclo 2013 da Feira do Empreendedor pela gestão do evento, e ainda o troféu destaque no critério de visão de futuro.

São os serviços prestados pelo SEBRAE que fazem com que os empreendedores aproveitem cada vez mais as oportunidades que estão surgindo. Conseguindo assim, não só uma vida melhor, mas contribuindo também para o crescimento do nível de emprego, transformando o Brasil em um país cada vez mais justo. Na última avaliação de satisfação, aplicabilidade e efetividade das ações de 2013, realizada pelo SEBRAE Nacional, o SEBRAE/SE se destaca com nota 9,10 em satisfação, ante 8,79 e 8,73 para o Nordeste e Brasil, respectivamente. Em aplicabilidade as notas são 7,94 para SE, 7,96 para NE e 7,92 para BR. Em efetividade as notas são 8,29 para SE, 8,05 para NE e 7,97 para BR.

Uma dificuldade do SEBRAE/SE foi o seu quadro de pessoal limitado, foi sanada para o exercício 2015 com a realização de processo seletivo que foi homologado no final de 2014, permitindo convocar seis assistentes e vinte e um analistas técnicos.

1.3.Cenário de Atuação

O SEBRAE/NA foi criado pela Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/1990 – e regulamentado pelo Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90.

O SEBRAE/SE foi criado a partir da transformação do CEAG/SE que aderiu ao Sistema SEBRAE, conforme lhe facultava o art. 9º do Decreto nº 99.570, passando a se denominar Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe. Essa decisão foi homologada em reunião do Conselho Deliberativo no dia 15 de fevereiro de 1991.

O Estatuto Social do SEBRAE/SE foi alterado e consolidado em reunião do Conselho Deliberativo Estadual - CDE de 24.02.2010, aprovado pela Resolução nº 02/2010 do CDE e encontra-se registrado no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE no Livro A-52, às fls. 232 verso, sob o nº 48.388 em 26.03.2010. Como instrumentos normativos tem ainda o SEBRAE/SE: Regimento Interno do SEBRAE/SE (alteração e consolidação através da Resolução nº 03/2014 do CDE, devidamente averbada no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE, ao lado do registro original de nº 37.868, Livro A 43, em 08/05/2014); Regimento Interno do Conselho Deliberativo, aprovado pela Resolução nº 06/2012 do CDE, registrado no Cartório do 10º Ofício, no Livro A-103, às fls. 173 a 196 sob o nº 62156, em 06/12/2012); Regimento Interno do Conselho Fiscal, aprovado através da Resolução nº 12/2014, de 28/11/2014, registrado no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE, no Livro A/163, às fls. 163 e 172, sob o nº 66.116, em 20/01/2014, bem como o Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema S, aprovado pela Resolução CDN nº 213/2014, de 18/05/2011, publicado no DOU de nº 100, de 26/05/2011.

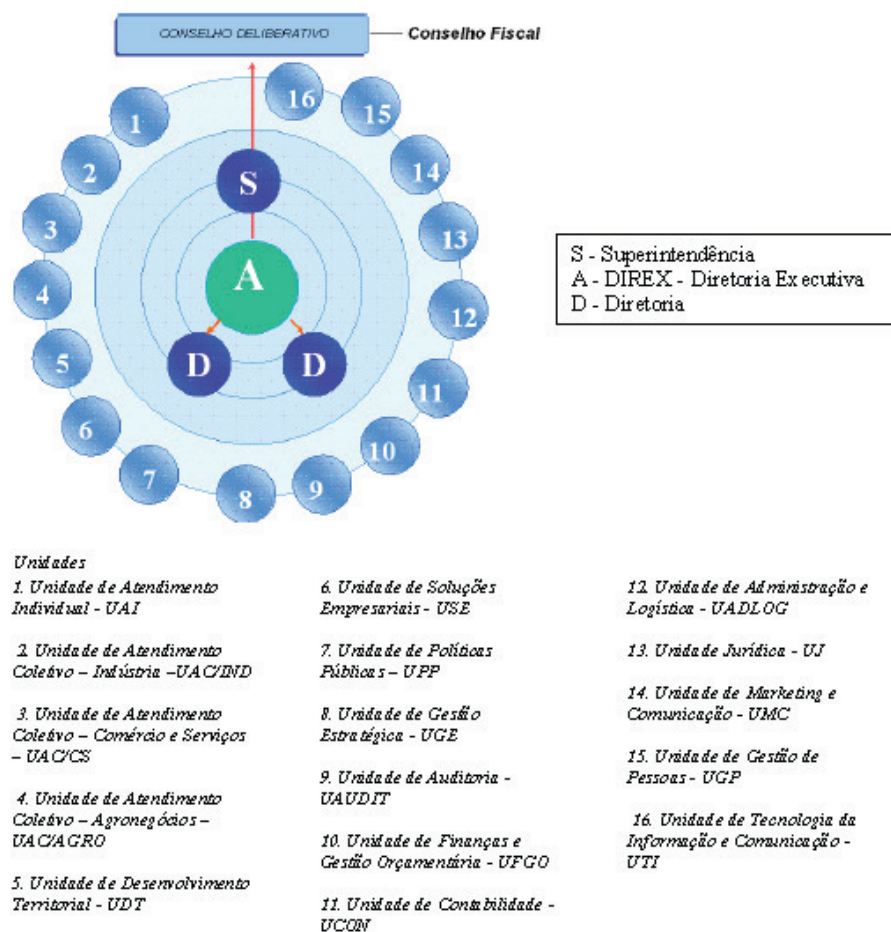
O cenário observado para o PPA 2014-2017 pode ser resumido nos seguintes pontos:

A atividade econômica tem sido impulsionada pelas vendas no varejo;
 No setor industrial, chama atenção o fraco desempenho do setor de petróleo e gás;
 O aumento na geração de empregos tem sido um ponto forte da economia sergipana;
 O fluxo ascendente do crédito tem sido um componente importante na expansão da atividade econômica;
 A situação fiscal do Estado é delicada, com estagnação das receitas (aumento do ICMS e redução das transferências da União) e aumento do endividamento público;
 O comércio exterior mantém a tendência deficitária, com possibilidades limitadas na determinação do crescimento.

1.4. Organograma

O organograma do SEBRAE/SE está representado na Figura 1 a seguir, com uma descrição sucinta, em quadro adiante, da missão e macroprocesso atribuídos às unidades que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional com a identificação dos respectivos titulares, cargo e data de início na função da respectiva unidade.

Figura 1 – Organograma



Quadro 2 – Unidades Organizacionais: missão e macroprocesso

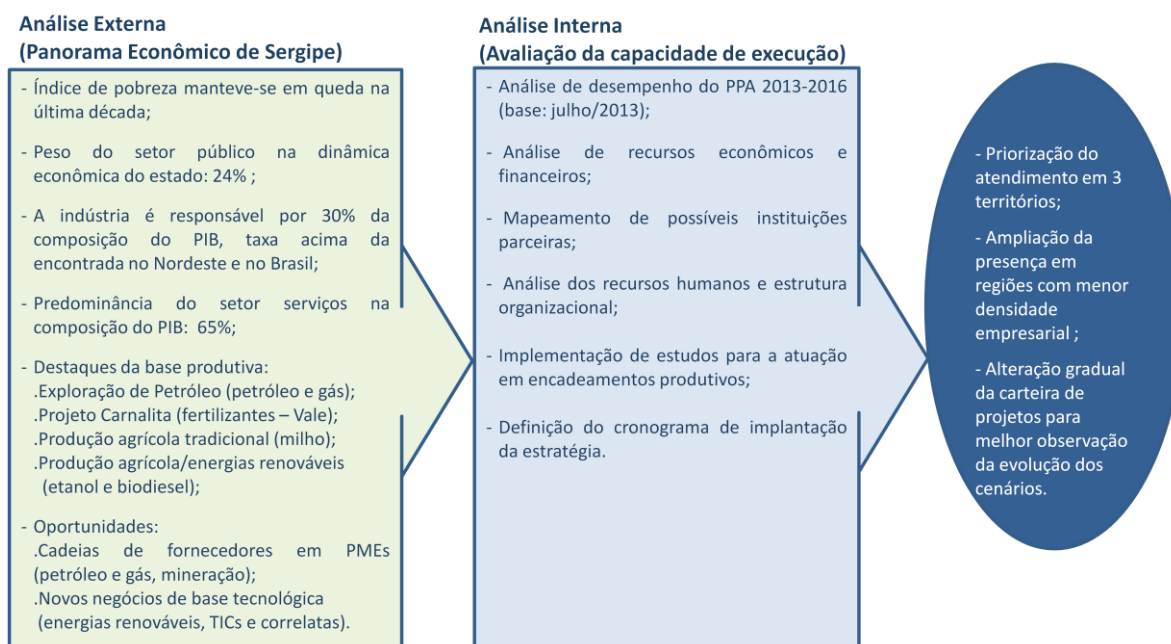
Unidades de Atuação Finalística	Missão/Macroprocesso	Gerente	Data de início	Data de saída
I - Unidade de Atendimento Individual - UAI	Missão: Garantir Atendimento Individual às micro e pequenas empresas e empreendedores, de forma extensiva, intensiva, continuada e com foco em resultados efetivos. Macroprocesso: Orientação empresarial.	Débora de Aragão Mendonça	02/05/2013	-
II - Unidade de Atendimento Coletivo - Indústria - UAC/IND	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos de atendimento incluídos na carteira da Indústria, com foco nos resultados pactuados, bem como estabelecer relações internacionais destinadas ao intercâmbio de melhores práticas e a cooperação institucional para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Macroprocesso: Atendimento aos empreendimentos industriais.	Paulo Afonso Marques de Souza	01/06/2005	-
III - Unidade de Atendimento Coletivo - Comércio e Serviços - UAC/CS	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos de atendimento incluídos na carteira de comércio e serviços, com foco nos resultados pactuados. Macroprocesso: Atendimento aos empreendimentos comerciais e de serviços.	Maria Julia Barreto Vasconcelos	01/06/2005	-
IV - Unidade de Atendimento Coletivo - Agronegócios UAC/AGRO	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos finalísticos incluídos na carteira de agronegócios e territórios específicos de baixa densidade empresarial ou elevados níveis de informalidade, com foco nos resultados pactuados. Macroprocesso: Atendimento aos empreendimentos do agronegócio.	Angela Maria de Souza	02/05/2013	-
V - Unidade de Desenvolvimento Territorial - UDT	Missão: Promover e implementar programas e projetos específicos para o desenvolvimento dos territórios, com foco em resultados efetivos. Macroprocesso: Desenvolvimento Territorial.	Pedro Gomes Fiscina Filho	02/05/2013	-
Unidades de Conhecimento e Articulação	Missão/ Macroprocesso			
I - Unidade de Soluções Empresariais - USE	Missão: Prover o SEBRAE/SE de conhecimentos e soluções voltados à promoção do acesso e da ampliação de mercados, do uso de serviços financeiros adequados, de inovação e tecnologia em abordagens individuais e coletivas, e de informação, consultoria e educação na área de gestão empresarial para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Macroprocesso: Prover soluções empresariais.	Ana Teresa da Silva Neto	02/05/2013	-
II - Unidade de Políticas Públicas - UPP	Missão: Desenvolver ações e articular políticas públicas visando a criação de ambiente favorável à competitividade e sustentabilidade das -micro e pequenas empresas, a formalização dos pequenos negócios e implementação de parcerias por meio de relacionamento institucional	Adellson Graça Leite	16/05/2013	-

	com entidades públicas e privadas. Macroprocesso: Fomento de políticas públicas e implementação de articulação e parcerias.			
Unidades de Suporte e Gestão	Missão/ Macroprocesso			
I - Unidade de Gestão Estratégica – UGE	Missão: Criar condições para o SEBRAE/SE atuar estrategicamente para o alcance de sua missão, utilizando processos de conhecimento e gestão. Macroprocesso: Planejamento: execução e monitoramento	Edilson Santos Nascimento	02/05/2013	-
II - Unidade de Auditoria - UAUDIT.	Missão: Prover assessoramento para a efetiva e transparente aplicação dos recursos do SEBRAE/SE, tendo como referencial os normativos de controle internos e externos. Macroprocesso: Auditoria	Erathosthenes Menezes Júnior	01/06/2005	-
III - Unidade de Finanças e Gestão Orçamentária - UFGO	Missão: Gerir os recursos administrativos e financeiros do SEBRAE/SE e desenvolver ações de suporte às suas operações. Macroprocesso: Gestão orçamentária e financeira	Marco Otávio dos Santos Vianna	03/10/2013	-
IV - Unidade de Contabilidade - UCON	Missão: Formular e gerir o processo contábil, garantindo a consistência das informações legais e gerenciais do SEBRAE/SE. Macroprocesso: Contabilidade	Jorge Luiz Vieira	05/02/2007	-
V - Unidade de Administração e Logística – UADLOG	Missão: Responder pela gestão e controle dos recursos administrativos, garantindo o apoio coordenado a todas as unidades organizacionais. Macroprocesso: Gestão administrativa	Andreia Ismerim Silva Tenório	02/05/2013	-
VI - Unidade Jurídica – UJ	Missão: Prestar consultoria jurídica e assessoria judicial e extrajudicial ao SEBRAE/SE na administração e defesa de seus interesses institucionais e na disponibilização de entendimentos jurídicos sobre a legislação federal. Macroprocesso: Processo jurídico	Cassandra Freire Sandes Lopes	01/06/2005	-
VII - Unidade de Marketing e Comunicação - UMC	Missão: Promover a divulgação da atuação do SEBRAE/SE junto à sociedade empreendedora, realizando a compreensão de sua missão e a acessibilidade aos seus projetos e serviços. Macroprocesso: Comunicação e marketing	José Luiz Zacharias Fialho	01/06/2005	-
VIII - Unidade de Gestão de Pessoas – UGP	Missão: Promover a gestão de pessoas, visando suprir e desenvolver competências para o alcance dos objetivos organizacionais do SEBRAE/SE. Macroprocesso: Gestão de pessoas	Maria Bethânia Costa Cabral Garcia Moreno	01/06/2005	-
IX - Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação – UTI	Missão: Promover e coordenar as ações relacionadas com a utilização da tecnologia da informação e comunicação no SEBRAE/SE. Macroprocesso: Gestão de TIC	Marilene Joaquim Azevedo Andrade	01/06/2005	-

2. Planejamento e Resultados Alcançados

2.1. Estratégia de Atuação

Com o cenário mostrado anteriormente e a análise dos ambientes externos e internos se chegou à seguinte estratégia de atuação para o período 2014 – 2017, com uma visão para 2022 de horizonte estratégico:



Como inserida no contexto de planejamento estratégico do SEBRAE/NA, a figura a seguir apresenta os objetivos estratégicos nacionais e os objetivos estratégicos locais, demonstrando convergência entre os mesmos.

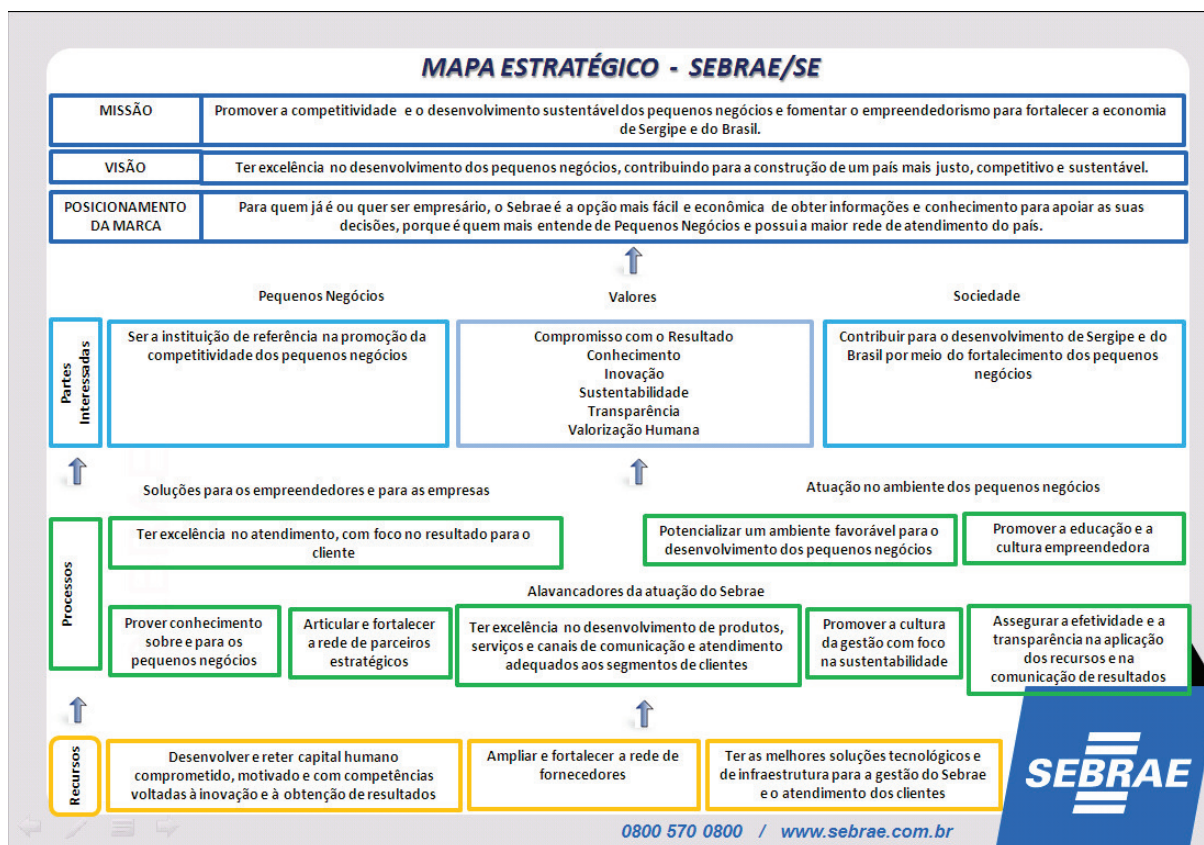
Quadro 3 – Objetivos Estratégicos Nacionais e Locais

Objetivo Estratégico do Sistema Sebrae	Objetivo Estratégico Local
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Promover a educação e a cultura empreendedora.
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	Promover nos pequenos negócios a cultura da gestão com foco na sustentabilidade.
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.
R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e para o atendimento dos clientes.	Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae/SE e o atendimento aos clientes.
	Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.

2.2. Objetivos Estratégicos

O mapa estratégico do SEBRAE/SE tem sintonia com o mapa estratégico do Sistema SEBRAE, apresentando nas suas perspectivas de processos e recursos os objetivos trabalhados para atender às partes interessadas e, conseqüentemente, cumprir com sua missão.

Figura 2 – Mapa Estratégico



A execução desses objetivos estratégicos do SEBRAE/SE no exercício de 2014 pode ser resumida no quadro a seguir:

Quadro 4 – Execução por Objetivo Estratégico

Estratégia Atuação	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executada	% Participação
Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	64.625	64.625	63.804	98,73%	0,34%
Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos.	0	370.000	143.025	38,66%	0,75%
Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	2.082.260	1.575.637	1.258.611	79,88%	6,62%
Promover a educação e a cultura empreendedora.	831.625	906.934	679.773	74,95%	3,58%
Promover nos pequenos negócios a cultura da gestão com foco na sustentabilidade.	949.000	949.000	260.750	27,48%	1,37%
Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	466.000	535.967	365.142	68,13%	1,92%
Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae/SE e o atendimento aos clientes.	585.000	1.403.987	521.535	37,15%	2,74%
Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	15.843.844	18.015.007	15.708.499	87,20%	82,67%

Fonte: SME

O quadro demonstra que a execução global dos projetos/ações vinculados aos objetivos estratégicos foi de 80%, sendo que o objetivo “Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente” que responde por 83% dos recursos alocados por objetivos, a execução foi de 87%. Os objetivos “Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos”, “Promover nos pequenos negócios a cultura da gestão com foco na sustentabilidade” e “Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE/SE e o atendimento aos clientes”, que têm execução inferior a 40%, respondem no conjunto por menos de 5% dos recursos alocados. As razões da baixa execução podem ser resumidas em:

- para o objetivo “Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos” foi a contratação dos serviços de apoio ao projeto Inclusão Socioambiental e Produtiva de Catadores e Coletores de Recicláveis em Sergipe no último trimestre de 2014, limitando a realização;
- para o objetivo “Promover nos pequenos negócios a cultura da gestão com foco na sustentabilidade” foi causada pelo cancelamento do projeto SE - Desenvolvimento econômico no Território Centro Sul” no valor de R\$550.000,00 mas com uma execução de apenas R\$3.653,00; e
- para o objetivo “Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE/SE e o atendimento aos clientes” foi devido a dificuldades na aquisição dos investimentos em TI do projeto Atualização dos Ativos da Tecnologia da Informação.

2.3. Prioridades

As prioridades definidas a partir da estratégia de atuação foram assim definidas:

Quadro 5 – Prioridades Estratégicas

Prioridade Estratégica Local
Aperfeiçoar as estruturas física e tecnológica do Sebrae/SE, considerando critérios de eficiência, acessibilidade e sustentabilidade.
Aumentar a eficiência da gestão dos pequenos negócios das regiões Centro-Sul, Alto Sertão e Grande Aracaju.
Estabelecer e implementar processos de captação e desenvolvimento de fornecedores, com vistas ao atendimento com excelência, considerando os aspectos de responsabilidade sócio-ambiental.
Fomentar o empreendedorismo junto às populações das regiões com menor densidade empresarial.
Regulamentar e implementar a Lei Geral nos municípios com menor desenvolvimento econômico.

A execução financeira das prioridades locais extraída do SME, comparando-se os valores planejados ou previstos com os efetivamente realizados, é a seguinte:

Quadro 6 – Execução por Prioridades Estratégicas

Estratégia Atuação	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executada	% Participação
<u>Aperfeiçoar as estruturas física e tecnológica do Sebrae/SE, considerando critérios de eficiência, acessibilidade e sustentabilidade.</u>	585.000	1.403.987	521.535	37,15%	2,84%
<u>Aumentar a eficiência da gestão dos pequenos negócios das regiões Centro-Sul, Alto Sertão e Grande Aracaju.</u>	16.474.844	18.592.007	15.698.348	84,44%	85,48%
<u>Estabelecer e implementar processos de captação e desenvolvimento de fornecedores, com vistas ao atendimento com excelência, considerando os aspectos de responsabilidade sócio-ambiental.</u>	64.625	64.625	63.804	98,73%	0,35%
<u>Fomentar o empreendedorismo junto às populações das regiões com menor densidade empresarial.</u>	831.625	906.934	679.773	74,95%	3,70%
<u>Intensificar a aproximação de parceiros estratégicos e articulação com novos, visando à captação de</u>	0	370.000	143.025	38,66%	0,78%
<u>Regulamentar e implementar a Lei Geral nos municípios com menor desenvolvimento econômico.</u>	2.082.260	1.575.637	1.258.611	79,88%	6,85%

Fonte: SME

As variações mais relevantes de execução são justificadas, fundamentalmente, pelas razões já expostas na análise dos objetivos.

2.4. Medidas de Gestão do Plano

O plano foi continuamente monitorado através das reuniões mensais do CDE e das RAEs – Reuniões de Acompanhamento da Estratégia, gerando as medidas de gestão necessárias aos redirecionamentos .

As RAEs se desenvolveram de acordo o calendário proposto nas datas de 11 de março, 10 de junho, 09 de setembro e 09 de dezembro e foram fundamentais no acompanhamento dos Pontos de atenção/Medidas de gestão do PPA 2014-2017 e na orientação na busca da realização das metas mobilizadoras. O acompanhamento dos Pontos de atenção/Medidas de gestão contribuiu na realização das medidas e nas suas reorientações.

Item	Ponto de Atenção	Medida de Gestão	Prazo
1	Quadro de pessoal reduzido	-Processo seletivo realizado com pessoal já integrado ao quadro de colaboradores da instituição.	Medida Implementada
2	Baixa geração e captação de contrapartida de receita própria	-Realizar estudo/levantamento das reais possibilidades de obtenção dos recursos previstos para definição da estratégia a ser adotada durante o ano para o alcance da meta.	Fevereiro 2015
3	Necessidade de monitoramento sistemático da aplicação da estratégia	-Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE) sendo realizadas com calendário fixo anual e periodicidade trimestral.	Medida Implementada
4	Adequação das instalações físicas do Sebrae na sede e no interior	-Reformar e / ou adequar as instalações físicas de forma a melhor atender à crescente demanda de atendimentos e, no caso do edifício sede, facilitando o acesso de pedestres e o fluxo interno de pessoas.	Dezembro 2016
5	Ampliar a presença do Sebrae nos municípios de menor densidade empresarial	-Dezesseis Pontos do Empreendedor já em funcionamento, nos territórios do Baixo São Francisco e Sul Sergipano.	Medida Implementada
6	Ampliar a atuação em municípios castigados pelos longos períodos de estiagem.	-Implantação e ampliação de projetos que propõem estratégias de convivência com a seca. Ex: Palma Doce Sustentável, Sertão Empreendedor.	Medida Implementada
7	Perspectiva de decréscimo no desempenho de algumas atividades determinantes para a economia do estado.	-Realização de sondagens diagnósticas visando a implementação de ações voltadas ao encadeamento produtivo de setores econômicos alternativos, oportunidade gerada pela implantação futura de empresas de base tecnológica e ligadas ao setor automotivo.	Janeiro 2017

2.5. Metas

O desempenho do Sistema Sebrae na execução de sua estratégia é monitorado por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais e Metas Mobilizadoras.

2.5.1 Indicadores Institucionais

Os objetivos estratégicos das perspectivas “Cumprimento da Missão” e “Partes Interessadas” são monitorados por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais. O desempenho obtido nesses indicadores é demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Resultados Institucionais

Resultado Institucional	Objetivo estratégico relacionado	Escala	Planejado para 2014	Realizado em 2014
Taxa de pequenos negócios atendidos	Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios	%	27,74	26,35
Índice de imagem junto aos pequenos negócios.	Ser a instituição de referência na promoção da competitividade dos pequenos negócios	0–10	8,30	8,24
Índice de imagem junto à sociedade	Contribuir para o desenvolvimento nacional por meio do fortalecimento dos pequenos	0–10	8,40	8,95
Taxa de contribuição para abertura de pequenos negócios	Fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional.	%	31,00	*

*Pesquisa ainda em campo para complementar amostra de empresas abertas nos últimos dois anos (2013 e 2014).

O desempenho do SEBRAE/SE foi bom na realização dos indicadores institucionais, tendo superado a meta em um (Índice de imagem junto à sociedade – 106%) e atingido 99 e 95% em, respectivamente, Índice de imagem junto aos pequenos negócios e Taxa de pequenos negócios atendidos. A Taxa de contribuição para abertura de pequenos negócios ainda não teve concluída sua pesquisa, conforme informou a UGE do SEBRAE/NA.

2.5.2 Metas Mobilizadoras

Resultado das Metas Mobilizadoras

Tabela 2 – Metas Mobilizadoras

Meta Mobilizadora	Realizado em 2012	Realizado em 2013	Planejado para 2014	Realizado em 2014	% Realizado em 2014
Número de pequenos negócios atendidos	9.404	14.017	15.350	14.479	94,3%
Número de pequenos negócios atendidos com soluções específicas de inovação	1.923	2.357	2.180	2.622	120,3%
Número de microempreendedores individuais atendidos	6.484	7.480	8.500	8.749	102,9%
Número de microempresas atendidas	(1)	5.927	6.100	4.848	79,5%
Número de empresas de pequeno porte atendidas	530	643	750	882	117,6%
Número de municípios com a Lei Geral implementada	9	17	26	27	103,8%

Nota:

(1) - Em 2012 não era trabalhada a meta de Número de microempresas atendidas, tinha-se somente o número de empresas de pequeno porte e o número de microempreendedores individuais atendidos estava atrelado à contribuição na formalização de MEI.

Na realização das metas mobilizadoras o SEBRAE/SE superou quatro delas, uma atingiu a cerca de 100% (Número de pequenos negócios atendidos = 94,3%) e apenas a de Número de microempresas atendidas ficou em 80%. Com a meta projetada a partir do bom desempenho de 2013, quando ocorreu a Feira do Empreendedor em Sergipe, a mesma não se concretizou devido à uma mudança do perfil da clientela com evolução de empresas de pequeno porte e de microempreendedores individuais.

2.5.3 Metas de Atendimento

O SEBRAE segmenta seus clientes em dois grandes grupos: Empresas e Potenciais Empresários. A tabela abaixo demonstra o desempenho do Sebrae no atendimento desses públicos.

Tabela 3 – Resultados do Atendimento por Público

Indicador de desempenho	Planejado para 2014	Realizado em 2012	Realizado em 2013	Realizado em 2014	% Realizado em 2014
Número de potenciais empresários atendidos	4.699	14.317	20.822	16.218	345,1%
Número de empresas atendidas	15.350	9.404	14.017	14.479	94,3%

O atendimento é feito por meio de seis instrumentos, que são apresentados na tabela a seguir, com seus indicadores de desempenho.

Tabela 4 – Resultados por Instrumentos de Atendimento

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Planejado para 2014	Realizado em 2012	Realizado em 2013	Realizado em 2014	% Realizado
Acesso a eventos	Número de feiras (1)	-	20	16	-	-
	Número de empresas (feiras)	91	-	-	41	45,1%
	Número de missões/ caravanas	55	23	51	52	94,5%
	Número de rodadas (1)	-	6	2	-	-
Consultoria	Número de horas	82.178	68.739	114.530	69.658	84,8%
Curso	Número de cursos	464	659	477	446	96,1%
Orientação técnica	Número de orientações	22.852	20.485	31.651	29.397	128,6%
Palestra, oficina, seminário	Número de palestras, oficinas, seminários	856	681	996	1.001	116,9%
Promoção de eventos	Número de feiras	11	12	9	8	72,7%
	Número de empresas	287	303	276	173	60,3%
	Número de missões/ caravanas	26	31	39	59	226,9%
	Número de rodadas	2	6	11	2	100,0%

Nota: (1) – Dados não disponíveis para 2014 no SME. O indicador de Número de feiras foi substituído pelo indicador de Número de empresas (feiras).

As variações ocorridas acima de 15% para mais ou para menos, são a seguir justificadas:

ACESSO A EVENTOS / Número de empresas (feiras) – A realização de 45,1% da meta ajustada foi consequência, principalmente, do ajuste pelo público-alvo dos instrumentos a serem utilizados, demandando um maior número de missões e uma menor participação em feiras.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA/Número de orientações – A variação de 128,6% é resultado do maior fluxo de empreendedores ao atendimento do SEBRAE/SE em todas as suas unidades, notadamente de MEIs, em especial na realização da Semana do MEI.

PALESTRA, OFICINA E SEMINÁRIO /Nº de Palestras, Oficinas e Seminários – Teve uma realização a maior de 16,9% em decorrência das ações de oficinas direcionadas aos MEIs.

PROMOÇÃO E ACESSO A EVENTOS DO SEBRAE/Número de empresas (feiras) – A realização de 60,3% da meta foi consequência da maior demanda pela clientela de missões e caravanas.

PROMOÇÃO E ACESSO A EVENTOS DO SEBRAE/Número de feiras – Também justificada a realização de 72,7% da meta pela maior demanda pela clientela de missões e caravanas.

PROMOÇÃO E ACESSO A EVENTOS DO SEBRAE /Número de missões/caravanas – A realização de 226,9% da meta foi consequência, principalmente, do ajuste pelo público-alvo dos instrumentos a serem utilizados, demandando um maior quantidade de missões e caravanas.

Numa leitura do período 2012-2014 são esclarecidas as variações mais significativas ocorridas, nos atendimentos seguintes:

- Horas de consultoria – a variação de 114.530 em 2013 para 69.658 horas de consultoria em 2014 foi, em grande parte, consequência da realização de duas devolutivas do projeto ALI em 2013 com 42.648 horas de consultoria, respondendo por 37% do total do ano de 2013, sendo que 2014 só aconteceu uma devolutiva com a realização de 18.733 horas. Esse fato explica 53% da queda de horas de consultoria.
- Número de orientações – a variação de 31.615 em 2013 para 29.397 orientações em 2014 foi consequência da realização da Feira do Empreendedor em 2013, fazendo com que o projeto Atendimento Empresarial – Sede Aracaju, onde está inserida a feira, alcançasse a 17.308 orientações, ou seja, ao equivalente a 55% do total do SEBRAE/SE naquele exercício;
- Número de cursos/Número de palestras, oficinas, seminários – o quantitativo decrescente de cursos (659 – 477 – 446) é compensado pelo quantitativo crescente de palestras, oficinas, seminários (681 – 996 – 1.001). Esta tendência pode ser explicada pela maior demanda de oficinas, em especial as Oficinas SEI voltadas ao MEI, que representa 60% dos empreendimentos atendidos pelo SEBRAE/SE. O número expressivo de 2013, 996 palestras, alia o fato comentado com a realização da Feira do Empreendedor em 2013.

2.6. Programas Nacionais

Quadro 7 – Execução dos Programas Nacionais

Programa	Sebrae Nacional			Sebrae/UF								
				Execução CSN			Execução Contrapartida			Nº de Empresas Atendidas		
	CSN Prevista	CSN Transferida	%	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%
ALI - Agentes Locais de Inovação	926.767	926.767	100,0%	1.135.626	707.934	62,3%	0	0	0,0%	1.050	1.890	180,0%
Educação Empreendedora	75.309	75.309	100,0%	235.316	88.992	37,8%	69.487	0	0,0%	0	0	0,0%
Negócio a Negócio	1.057.800	1.057.800	100,0%	1.057.800	1.057.800	100,0%	0	0	0,0%	4.000	4.953	123,8%
Programa Sebrae Mais	307.055	307.055	100,0%	400.000	352.990	88,2%	0	0	0,0%	196	254	129,6%
Programa SEBRAEtec - Serviços em Inovação e Tecnologia	2.667.000	2.667.000	100,0%	2.609.400	2.608.867	100,0%	624.000	639.675	102,5%	800	810	101,2%
Territórios da Cidadania	595.279	550.531	92,5%	550.510	533.443	96,9%	18.640	14.296	76,7%	1.092	1.778	162,8%
Total	5.629.210	5.584.462	99,2%	5.988.652	5.350.026	89,3%	712.127	653.971	91,8%	7.138	9.685	135,7%

Fonte: SME

A execução física dos programas nacionais executados pelo SEBRAE/SE superou todas as metas previstas de empresas atendidas (no programa educação empreendedora não cabe empresas atendidas), mesmo com uma execução financeira inferior nos programas ALI e SEBRAE Mais. O Educação Empreendedora foi iniciado somente no segundo semestre pelo que apresentou uma execução inferior a 40%.

Esses programas têm por objetivos:

- ALI – Agentes Locais de Inovação - Conscientizar os empresários das micro e pequenas empresas quanto à inovação como fator de competitividade e auxiliá-los na iniciação dos procedimentos que os levem a incorporar inovação (produto, processo, gestão organizacional e marketing) nas práticas do dia-dia da empresa.
- Educação Empreendedora - Ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação.
- Negócio a Negócio – Levar o atendimento do Negócio a Negócio para empreendedores individuais, microempresas e potenciais empresários, através de visitas de diagnóstico e acompanhamento dos processos de gestão.
- SEBRAE Mais – Levar às pequenas empresas, preferencialmente, um conjunto de soluções educacionais destinadas às empresas que querem ampliar suas atividades no mercado com planejamento e eficácia.
- SEBRAEtec – Ampliar a capacidade de inovação e a competitividade das micro e pequenas empresas, do produtor rural e do empreendedor individual a partir do acesso a serviços de inovação e tecnologia.
- Território da Cidadania - Ampliar o atendimento aos micro e pequenos negócios nas áreas urbanas e rurais, atuando nos diversos segmentos econômicos existentes (agronegócios, indústria, comércio e serviços) e

implementar a Lei Geral das MPEs nos municípios que compõem os Territórios da Cidadania do Baixo São Francisco e Sul Sergipano.

2.7. Carteiras de Projetos

A carteira de projetos do SEBRAE/SE teve um desempenho global de execução de despesa de 85%, para uma realização global de empresas atendidas de 131%, o que demonstra uma produtividade na aplicação de recursos.

Quadro 8 – Execução da Carteira de Projetos por Setor

Setor	Despesa										
	Previsto Original			Previsto Ajustado			%Variação	Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total		SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Agronegócios	3.496	494	3.990	3.397	343	3.740	93,7%	2.883	560	3.443	92,1%
Comércio	3.024	215	3.239	3.464	377	3.841	118,6%	3.359	57	3.417	88,9%
Indústria	2.519	468	2.987	2.893	468	3.361	112,5%	2.235	1.203	3.438	102,3%
Serviço	2.122	566	2.688	2.434	566	3.000	111,6%	2.180	0	2.180	72,7%
Territorial	6.910	1.469	8.379	7.771	1.962	9.733	116,2%	6.261	1.344	7.605	78,1%

Setor	Quantidade de Empresas				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Empresas Atendidas	% Execução
Agronegócios	480	512	106,7%	985	192,4%
Comércio	3.588	2.121	59,1%	2.733	128,9%
Indústria	310	591	190,6%	575	97,3%
Serviço	210	251	119,5%	1.835	731,1%
Territorial	11.544	8.863	76,8%	10.069	113,6%
Total	16.130	12.338	76,5%	16.197	131,3%

Fonte: SME

2.7.1 Projetos de Atendimento

2.7.1.1 Agronegócio

Quadro 9 – Execução da Carteira de Projetos

UF	Projeto	Valor Previsto Anual 2014							
		Valor Previsto Anual			Valor Orçado Período	Executado			
		Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Total	%
SE	Agronegócio - Agroecologia	399	0	399	3.591	257	0	257	64,4%
	AGRONEGÓCIO NOS POLOS AGROPECUÁRIOS DE SERGIPE	1.728	57	1.785	10.367	1.623	84	1.707	95,7%
	Batata Doce Sustentável	170	50	220	850	78	0	78	35,5%
	Cabrito e Cordeiro de Qualidade Sergipe	360	86	446	3.595	343	150	493	110,7%
	Empreendedorismo para Mulheres Marisqueiras	110	0	110	110	2	0	2	2,2%
	Palma Doce Sergipana	631	150	781	8.833	580	326	905	115,9%
Total	3.397	343	3.740	27.346	2.883	560	3.443	92,1%	

Fonte: SME

Na carteira de agronegócio podem ser destacados, por projeto:

Agronegócios – Agroecologia – o projeto propiciou o atendimento em gestão da produção a 541 produtores rurais de produtos agroecológicos e orgânicos com a tecnologia social PAIS; realização do encontro estadual de produtores orgânicos; capacitação em beneficiamento de hortaliças; apoio às feiras da agricultura familiar visando o escoamento da produção das unidades PAIS; articulação para comercialização para a alimentação escolar/PNAE; organização dos produtores em OCS –Organização de Controle Social, sistema de certificação participativa. Existem 20 OCS constituídas em Sergipe. Só foram utilizados 64,4% dos recursos previstos pois não foi solicitada a CSN prevista visto que não haveria necessidade para o atendimento das atividades/

Agronegócios nos polos – um grande destaque no projeto foi a realização do XII ENEL – Encontro Nordestino do Setor de Leite e Derivados, evento que reúne oito estados e contou com a participação de 1.749 produtores rurais/estudantes que participaram de 38 palestras/oficinas num total de 6.752 capacitações. Também fez parte da programação 01 vitrine de Lácteos, 01 Exposição de máquinas/serviços/insumos/embalagens, 01 Concurso de queijos regionais, além de 34 caravanas. O Concurso de queijos regionais contou com a participação de 36 Laticínios do Nordeste, sendo que o Laticínio Latmilk de N.S.Glória obteve o 1º lugar na categoria queijo Mussarela e queijo Manteiga, e o laticínio Natville, também de N.S.Glória obteve o 3º lugar no queijo Mussarela. O evento gerou uma nova demanda imediata de atendimento em gestão da produção por parte de uma centena de produtores de leite no estado, que serão atendidos em 2015 pelo Sebraetec.

Atendimento com serviço tecnológico pelo SEBRAETEC de 64 carcinicultores/piscicultores para a preparação para o licenciamento ambiental, tendo 31 já obtido o licenciamento em 2014; atendimento a 42 produtores rurais de leite visando a melhoria da produção e aumento da produtividade; atendimento em gestão da produção a grupos de produtores rurais de mel, peixe, mandioca, frutas e derivados com vistas ao fornecimento para a alimentação escolar; capacitação gerencial de produtores rurais, com destaque para 14 turmas de Negócio Certo Rural - NCR

Também onze produtores de receberam atendimento de consultoria tecnológica pela metodologia Balde Cheio.

Batata Doce Sergipana - os produtores rurais organizados em Cooperativa fornecem para os mercados institucionais/PNAE e PAA, além dos mercados convencionais (feiras, mercado novo no Augusto Franco, supermercados) e buscam beneficiar os produtos e abrir outros mercados, tendo participado de missão para a CEAGESP. Foi desenvolvida nova marca a ser utilizada pela cooperativa para comercializar os produtos.

Não foi possível formalizar convênio com a EMBRAPA visando atendimento de demanda de desenvolvimento tecnológico. Esta ação já está em tratativas em 2015.

Cabrito e Cordeiro - atendimento a 58 produtores rurais em gestão da produção visando a aumento da produção e da produtividade .

Empreendedorismo para mulheres marisqueiras - projeto descontinuado em função do desinteresse do público-alvo em realizar as atividades previstas.

Palma Doce Sergipana – atendeu com instrutoria técnica a 29 produtores rurais na implantação de unidades de cultivo intensivo de palma. Foram mais 15 NPP implantados totalizando 09 hectares de terra cultivados com palma no sistema intensivo. Em todo o período do projeto já são 2.456.000 (dois milhões, quatrocentas e cinquenta e seis mil) mudas de palma plantadas em 31 hectares de terra espalhados em 23 municípios sergipanos, produção de mais de 36.000 (trinta e seis mil) toneladas de palma, salvando os rebanhos dos pequenos produtores rurais envolvidos com o projeto na seca ocorrida no biênio 2012/2013 o que também causou repercussão internacional: No período de 10 e 18 de maio de 2014 o SEBRAE – SE, através do Engº Agrº Paulo Suassuna, apresentou o Projeto Palma Doce Sergipana na cidade de Cochabamba, na Bolívia, no Primeiro Encontro Internacional de Produção de Palma Para Forragem com a finalidade de alavancar o setor pecuário das regiões secas da Bolívia utilizando a palma como forragem animal sendo produzida com altos índices de produtividade.

Como ilustração de uma caso de sucesso, tem-se o do produtor Luiz Cássio da Silva, residente no Sítio Barreiro Novo, Povoado Boa Hora – Itabi – SE foi convidado em 2010 a participar do Projeto Palma Para Sergipe dividindo as tarefas com mais nove produtores em um campo de palma com 1,0 hectare. Esse produtor criava, naquela época, 04 vacas e tirava 20 litros de leite por dia com elas. Depois de 4 anos, em 2014, o produtor Luiz Cássio ampliou a área cultivada com palma, obedecendo aos moldes propostos pelo Projeto Palma Para Sergipe, para 3,0 hectares. Com isso, ele pôde crescer o seu rebanho. Hoje em dia, o Sr. Luiz Cássio tem 30 vacas e tira diariamente uma média de 600 litros de leite podendo crescer ainda mais. Com 3,0 hectares de palma cultivados seguindo os fundamentos da Tecnologia do Cultivo Intensivo Da Palma – TCIP ele poderá criar 75 vacas com uma produção média de 1.500 litros de leite.

Diante dos ciclos de seca avassaladores que se vivencia no nordeste semiárido, ações emergenciais de convivência com o clima extremo são necessárias ao desenvolvimento de atividades agropecuárias autossustentáveis e o Projeto Palma Doce Sergipana conduzido pelo SEBRAE – SE se apresenta como a melhor alternativa fazendo-se necessário, para isso, não só a sua ampliação e continuidade como também a sua multiplicação para outros estados da federação que sofrem com as estiagens.

2.7.1.2 Comércio

Quadro 10 – Execução da Carteira de Projetos

UF	Projeto	Valor Previsto Anual 2014							
		Valor Previsto Anual			Valor Orçado	Executado			
		Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Total	%
SE	COMÉRCIO NA REGIÃO CENTRO SUL DE SERGIPE	396	110	506	3.164	340	0	340	67,3%
	COMÉRCIO NOS MUNICÍPIOS POLOS DE SERGIPE	2.502	105	2.607	10.010	2.470	0	2.470	94,7%
	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO NOS POLOS SERGIPANOS	204	162	366	2.853	191	57	248	67,7%
	Expoart 2014-SE	363	0	363	1.813	359	0	359	99,1%
Total		3.464	377	3.841	17.840	3.359	57	3.417	88,9%

Fonte: SME

Na carteira de comércio podem ser destacados, por projeto:

Projeto Comércio na Região Centro Sul de Sergipe - realizou consultoria de gestão de vendas para o segmento do comércio varejista de vestuário e acessórios, com resultados de redução de aproximadamente 70% no tempo de espera do cliente; eliminação da entrega de produtos com numerações, cores e modelos errados aos clientes; e aumento do percentual de satisfação do cliente que girava em torno de 65%, elevando-se para mais de 80%.

Houve ainda a ampliação do número de empresas participando dos cursos e palestras em 25% e a realização de ações de inovação como: elaboração de projetos de lay out interno com resultados no aumento do mix de produtos expostos e aumento do ticket médio; inovação de projetos de fachada; criação de marca e projetos de reforma. Para orientar os trabalhos foi aplicada pesquisa de necessidade de treinamento permitindo ao SEBRAE a composição de portfólio de produtos direcionados às necessidades dos clientes e pesquisa de satisfação com resultado de 98% de satisfação dos entrevistados.

Comércio nos Municípios Polos de Sergipe – foram destaques no projeto:

- Realização da Feira de Sergipe 2014
- Capacitação de 689 ambulantes e feirantes
- Capacitação de colaboradores e empresários do Shopping Rio Mar
- Realização de atendimentos do Negócio a Negócio
- Realização de consultorias do Inovarejo com soluções de: automação comercial, meios eletrônicos de pagamento e comércio eletrônico.
- Realização de missão técnica à Convenção Nacional do Comercial, Feira ABAD e Expoabioptica.

Desenvolvimento do Artesanato nos Pólos Sergipanos – o projeto desenvolveu dentre outras ações:

- Parceria com a OAB/SE participando com a Renda Irlandesa na Vitrine de divulgação de produtos associados ao turismo, durante a realização da XXII Conferência Nacional dos Advogados realizada no período de 20 a 23 de outubro de 2014, no Rio de Janeiro;
- Divulgação do Artesanato Sergipano nos espaços turísticos de Aracaju, durante a realização da Copa do Mundo;
- Desenvolvimento de consultoria de design para a Renda Irlandesa e Bordado com a finalidade de valorizar a história cultural da região agregando valor aos produtos;
- Visita técnica de artesãos de Goiânia a fim de conhecerem os modelos de gestão e produção desenvolvida pelas associações que participam dos projetos de artesanato coordenados pelo SEBRAE/SE;
- Divulgação do Artesanato Sergipano em São José do Rio Preto/SP com a Exposição denominada “Sergipe Encantador” – exposição do artesanato e turismo Sergipano;

Expoart 2014-SE – viabilizou a participação do artesanato sergipano nos Showrooms no estado e fora e realizou um trabalho de agregação de valor através do desenvolvimento de produtos baseados na Iconografia de Sergipe.

2.7.1.3 Indústria

Quadro 11 – Execução da Carteira de Projetos

UF	Projeto	Valor Previsto Anual 2014							
		Valor Previsto Anual			Valor Orçado		Executado		
		Sebrae	Parceiro	Total	Período	Sebrae	Parceiro	Total	%
SE	Desenvolvimento da Indústria de Panificação e Confeitaria em Sergipe	348	0	348	3.129	345	34	380	109,2%
	Fortalecimento do APL de Petróleo e Gás de Petróleo, Gás e Energia do estado de Sergipe - Fase II	1.381	182	1.563	11.044	1.323	66	1.389	88,9%
	Indústria na Grande Aracaju, Sul e Centro-Sul Sergipano	871	150	1.021	11.320	567	1.103	1.670	163,6%
	VALE-SE ENCADEAMENTO PRODUTIVO-2	294	136	430	294	0	0	0	0,0%
Total		2.893	468	3.361	25.787	2.235	1.203	3.438	102,3%

Fonte: SME

Na carteira de indústria podem ser destacados, por projeto:

Indústria da Grande Aracaju, Sul e Centro Sul Sergipano - atende multisetorialmente a cerca de 140 empresas, com destaque para as ações de internacionalização de empresas com ênfase nas indústrias de cosméticos, confecções, alimentos e bebidas, madeira, casa e decoração, saneantes e joias. Foi convidado a vir a Sergipe a Trade SMR Ltda e a Vpcia Comércio Exterior Ltda. que visitaram as empresas sergipanas e atualmente encontra-se em negociação com os mercados apresentados.

Dentro do SBDC Global, que faz parte do programa de internacionalização do SEBRAE/NA, trabalhou-se a colocação de 30 empresas de Sergipe na base eletrônica com objetivo de aproximar demandas envolvendo além dos EUA também o México.

No mercado interno acontece o Comércio Brasil cujo foco é encontrar compradores para o público alvo do projeto, tendo sido atendidos na metodologia 50 empresas.

As ações do Sebraetec a partir das devolutivas dos diagnósticos aplicados em 2014 chegou a abrir um total de 63 demandas nas áreas: design de modas, gestão empresarial, identidade visual, criação de website etc.

Atendeu com apoio a eventos promovidos por outras instituições e como resultados operacionais um crescimento de 7,35 vezes o valor originalmente orçado para execução de parceiros.

Fortalecimento do APL de Petróleo e Gás de Petróleo, Gás e Energia do Estado de Sergipe – Fase II – o projeto, que teve seu encerramento em 2014, atendeu a 414 empresas de pequeno porte, 82 MEIs e 613 potenciais empresários, alcançando os resultados finalísticos:

Aumento do faturamento das empresas em 10,4% (meta 10%)

Aumento dos postos de trabalho em 24,8% (meta 10%)

Expectativa de negócios das rodadas de R\$ 205.300.000,00

Seis empresas participantes do projeto foram certificadas na ISO 9001 e 12 empresas em processo de certificação, com indicação de 2 empresas para certificação no SGI e uma empresa nas normas ISO 9001 e ISO 14001 pelo BVQI.

Empresas participantes do projeto foram vencedoras do Prêmio MPE Brasil em 2013 e 2014; Premiação Melhores fornecedores bens e serviços UO-ES em 2013; Prêmio Internacional de Biomassa e Bionergia 2013, na Espanha; 1º Prêmio Inovação e Tecnologia Biomassa BR 2013, na 6ª BIOTECH FAIR – Feira Internacional de Tecnologia em Bioenergia e Biocombustíveis; Prêmio de Excelência Sergipe PEXSE - Prêmio de Excelência Sergipe nível 1 do Movimento Competitivo de Sergipe.

Desenvolvimento da Panificação e Confeitaria em Sergipe – à solução Sebraetec foram encaminhadas sete demandas, dentre elas: Desenvolvimento de Identidade Visual e layout de loja, Laudos de SST – Saúde e Segurança no Trabalho, Projeto Arquitetônico e MBPF - Manual de Boas Práticas de Fabricação. Na solução Sebrae Mais dez empresas participaram de gestão financeira.

Como destaque em eventos promoveu-se a campanha do Pão Francês, com a participação de 45 empresas, participação de 15 empresas na FIPAN 2014 e exposição de fornecedores na comemoração do dia do panificador, com a participação de 550 pessoas. Foram realizados 05 cursos com novas receitas envolvendo os temas: Folheados, Pão Francês, Biscoitos Pet Full e Confeitaria. Com a Carreta Móvel do SENAI em Carmópolis aconteceram cursos para empregados. Houve ainda uma oficina de transferência de tecnologia internacional para o setor de Panificação do Estado de Sergipe, onde 04 empresas participaram dentro de convênio dentre o SENAI/NA e o Governo Francês.

Como resultados do projeto já se obteve um aumento médio de 23 % no mix médio de produtos e um aumento médio de 23% de faixa de faturamento.

O projeto Vale – SE Encadeamento Produtivo não foi executado a pedido da VALE, tendo sido descontinuado.

2.7.1.4 Serviços

Quadro 12 – Execução da Carteira de Projetos

UF	Projeto	Valor Previsto Anual 2014							
		Valor Previsto Anual			Valor Orçado Período	Executado			
		Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Total	%
SE	APL Tecnologia da Informação na Grande Aracaju	333	158	491	333	273	0	273	55,6%
	BELEZA E ESTÉTICA NA GRANDE ARACAJU	302	108	410	1.811	292	0	292	71,3%
	Negócios em Economia Criativa	290	70	360	2.606	285	0	285	79,3%
	Qualificação das Empresas de Reparação de Veículos Automotivos	205	0	205	1.025	133	0	133	65,1%
	SE - FOMENTO AO TURISMO RURAL	213	0	213	638	118	0	118	55,4%
	Serviços nos Pólos de Sergipe	758	230	988	4.550	754	0	754	76,3%
	Turismo- Caminhos e Produtos	334	0	334	1.671	325	0	325	97,3%
Total	2.434	566	3.000	12.632	2.180	0	2.180	72,7%	

Fonte: SME

Na carteira de serviços podem ser destacados, por projeto:

APL Tecnologia da Informação na Grande Aracaju - empresas do projeto participaram em mais uma edição da BITS Fair e em capacitações e consultorias técnicas, destacando-se a iniciação das empresas em processos de coaching. Uma empresa participou da GAME CONNECTION em Paris. O evento DevFest Nordeste 2014 foi um dos eventos apoiados para fortalecer a rede de empresas e a capacitação dos empresários e colaboradores.

Beleza e Estética na Grande Aracaju - no projeto destaca-se:

- Parcerias com a Associação de Profissionais de Salões de Beleza e Centro de Estética para realização de oficinas técnicas visando a qualificação dos profissionais;
- Formação da Central de Negócios do Segmento de beleza;
- Realização de missão técnica visando conhecer e trocar ideias sobre às centrais de negócios de Alagoas e da Bahia;
- Parceria na realização das Feiras de Cosméticos Hair Agreste/2015, realizada no município de Itabaiana; e
- Parceria na realização da Feira de Cosméticos SERGIPE BEUATY SPA - FEIRA DE COSMÉTICO /2014, realizada em Aracaju.

Negócios em Economia Criativa – o projeto propiciou a participação de agentes e empreendedores criativos na Feira de Sergipe 2014 e a realização de cursos, seminários e oficinas, missões e outros eventos, como:

Edital Mais Cultura nas Escolas (Sergipe foi destaque com um média de 120 escolas)

Direção e Arte para cinema

O Audiovisual como Negócio

Edital do Prêmio Cultura Populares / FUNARTE – Onde a Associação de Tobias Barreto foi contemplada com o Prêmio de R\$ 50.000,00

Oficinas do Salic Web que permite a apresentação de Propostas ao Ministério da Cultura

Elaboração de Projetos para o Prêmio de Cultura Hip Hop 2014

Elaboração de Projetos para o Prêmio Culturas Afro-Brasileiras

Elaboração de Projetos para o Edital de Produção de Obras Audiovisuais de Curta e Média Metragem/SECULT

Integração do Mais cultura nas Escolas

Edital para Mulheres nas Artes Visuais

Elaboração de Projetos para o Prêmio César Macieira

Palestra sobre Microempreendedores Visuais

Realização de Oficina: Edital Premio Funarte Artes na Rua (Circo, Dança e Teatro) 2014

Workshop “O Deficiente Visual no Mercado Empreendedor

Apresentação de empreendedores: O Teatro do Cordel da Rabeca

Missão Técnica e Acesso a Feira da Musica em Fortaleza

Apoio na apresentação do documentário "O Corpo é meu" em São Paulo da Diretora Luciana Oliveira

Apoio para a realização: Feirinha da Gambiarra

Qualificação das Empresas de Reparação de Veículos Automotivos – destaque para a realização de Diagnósticos de Boas Práticas nas empresas participantes do projeto.

SE- Fomento ao Turismo Rural – ensinou a participação do público alvo em:

- 10ª Ruraltur – realizada em Campina Grande – PB, por meio de missão com 08 empreendedores dos municípios que contemplam o projeto;
- Visita Técnica – realizada a potenciais atrações do segmento de Turismo Rural do litoral sul de Sergipe e teve como objetivo, a apresentação da paisagem rural e de alguns dos atrativos naturais e culturais existentes na região a empresários do trade turístico;
- Workshop do Turismo Rural realizado na AEASE;
- Realização do Diagnóstico de Maturidade da Gestão, em 20 empreendimentos contemplados nos municípios de Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Itaporanga;
- Realização do Estudo de viabilidade Econômica para o Turismo Rural nos municípios de Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Itaporanga D’Ajuda.

Serviços nos Polos de Sergipe – o projeto desenvolveu:

- Realização de I WORKSHOP DAS EMPRESAS DO SETOR DE SERVIÇOS;
- Parceria com a FENENSE – Federação das Escolas Particulares do Estado de Sergipe e Sinepe/SE – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares do Estado de Sergipe , visando organização das escolas para um trabalho de gestão com às mesmas;
- Implantação e consultorias de gestão na Cooperativa de Transporte Escolar de Sergipe e Cooperativa de Profissionais da construção Civil;
- Consultorias para implantação e formação da Cooperativa de Transporte de Cargas de Sergipe e da Orquestra Sinfônica do Estado de Sergipe;
- Realização do Perfil do Setor de Serviços do Estado de Sergipe;

Turismo Caminhos e Produtos – no projeto destaque para a implementação do Diagnóstico de Maturidade de gestão em empreendimentos turísticos sergipanos e a realização de convênio para encontros de negócios nos mercados regional e nacional.

2.7.1.5 Territorial

Quadro 13 – Execução da Carteira de Projetos

UF	Projeto	Valor Previsto Anual 2014							
		Valor Previsto Anual			Valor Orçado	Executado			
		Sebrae	Parceiro	Total	Período	Sebrae	Parceiro	Total	%
SE	ALI II e III - Agentes Locais de Inovação/SE	2.036	1.344	3.380	12.214	1.618	1.344	2.962	87,7%
	Atendimento Empresarial - Regional de Estância	162	0	162	1.458	119	0	119	73,3%
	Atendimento Empresarial - Regional de Glória 2	280	0	280	3.360	41	0	41	14,7%
	Atendimento Empresarial - Regional de Propriá	114	0	114	1.596	57	0	57	50,3%
	Atendimento Empresarial - Regional Itabaiana	96	0	96	1.344	95	0	95	98,9%
	Atendimento Empresarial - Regional Lagarto	300	0	300	1.500	300	0	300	100,1%
	Atendimento Empresarial - Sede Aracaju	2.489	0	2.489	37.341	2.346	0	2.346	94,3%
	Empreendedorismo à Distância	600	20	620	3.600	588	0	588	94,9%
	SE - Desenvolvimento econômico na Região Metropolitana de Aracaju - Bairro Santa Maria	327	543	870	327	329	0	329	37,9%
	SE - Desenvolvimento Econômico no Território Alto Sertão Sergipano	20	0	20	140	0	0	0	0,2%
	SE - Desenvolvimento econômico no Território Centro Sul	550	55	605	4.400	4	0	4	0,6%
	SEBRAE/SE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA BAIXO SÃO FRANCISCO	446	0	446	6.241	434	0	434	97,4%
	SEBRAE/SE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL SERGIPANO	351	0	351	3.163	328	0	328	93,3%
	Total	7.771	1.962	9.733	76.684	6.261	1.344	7.605	78,1%

Fonte: SME

Na carteira de territorial podem ser destacados:

O projeto Atendimento Empresarial da regional de Glória contemplou a formalização e orientação de vários empreendedores, assim como assistência nos aspectos da gestão de negócios, capacitação e inovação dos empreendimentos. Com isto melhorias foram introduzidas e ganhos conquistados mediante novos instrumentos de capacitação e orientações que redundaram no reconhecimento por parte dos empreendedores, como importantes ferramentas para alavancar novas perspectivas para prosseguimento das atividades e a sobrevivência dos negócios.

Do projeto da regional de Lagarto destaca-se a criação e legalização da Associação Casulo Criativo, associação que envolve 28 mulheres que estavam a margem do setor produtivo, que participou de:

- missão técnica a cidade de Ribeirópolis para intercâmbio de informações.;
- missão a Feira de Santana/BA para realização de negócios com fornecedores de matéria prima e material secundário que resultou na redução de 8% nos custos finais dos produtos produzidos;
- participação na Feira de Sergipe, Exposição Agropecuária de Lagarto, Brasil Original de Porto Alegre, Brasil Original de Brasília e São José do Rio Preto.

Foi também desenvolvida a criação de marca para a associação, que hoje tem a média de renda dos associados próxima a um salário mínimo mensal.

Na regional de Itabaiana foram realizados vários cursos e palestras, além de atender outras demandas através do Ministério Público Estadual, para a comunidade do Povoado Dendezeiro/Taboca, Campo do Brito, objetivando ações a serem desenvolvidas com a comunidade quanto ao trabalho informal com o beneficiamento da castanha. Outros parceiros internos e externos também provocaram diversas demandas. Como evento diferenciado ocorreu a 1ª Feira de Profissões, Empregabilidade e Serviços realizada no dia 17/11/2014 em São Domingos/SE.

No atendimento ao microempreendedor individual houve uma participação efetiva com orientações, formalização, imposto de renda, alteração, extinção, e solicitação de inscrição estadual com os quantitativas seguintes:

Quantidade de Formalizações	274
Declarações do imposto de renda do MEI em 2014	1.000
Declarações do imposto de renda em caráter de extinção	74
Quantidade de baixa no MEI	104
Quantidade de Alteração de dados cadastrais do MEI	84
Total Geral de atendimento para o MEI	1.446

Os atendimentos às empresas Empresariais tiveram os seguintes números:

Quantidade de informações	982
Palestra/oficinas/seminários	4
Orientação Técnica	1.524
Atendimento a EPP	21
Atendimento a ME	83
Atendimento ao MEI	942
Atendimento ao Produtor Rural	26

O projeto SE – Desenvolvimento Econômico na Região Metropolitana de Aracaju – Bairro Santa Maria foi desenvolvido no período de julho a dezembro/14 as ações:

Identificação de parceiros no bairro Santa Maria, onde articulou ações com o CRAS, ENERGISA, Escola Estadual Albano Franco, Instituto Rahamim, MPE, ADAS, CARE, COORES e IGB – Instituto GBarbosa;

Articulação interna com as unidades: UAI, USE e UAC-CS para atendimento das demandas de formalização e demandas setoriais;

Iniciou a execução do Termo de Cooperação técnica entre SEBRAE e Energisa com vista a realizar ação conjunta e integrada de atendimento, capacitação e consultoria em benefício dos potenciais empresários/informais, microempreendedores individuais – MEI e Microempresas –ME;

Conhecimento e informação qualificada da comunidade com a realização do diagnóstico situacional do bairro Santa Maria o qual possibilitou identificar os setores segmentos mais representativos do bairro, as dificuldades na gestão dos empreendimentos, como também as dificuldades existentes no bairro para formalização;

Formalização dos empreendedores, com a realização de palestras de sensibilização para a formalização dos empreendimentos de julho a setembro de 2014;

Em outubro de 2014 realizou um mutirão, o qual fez 344 atendimentos e contou com a presença de 14 parceiros;

Consultoria em Design para grupo da Associação MATER, IBEN, Care e Coores, onde finalizou em 2014 com a criação do Núcleo Produtivo e Criativo de Santa Maria para desenvolvimento de ações para geração de renda através de insumos de reciclagem;

Consultoria em gestão empresarial para as empresas atendidas pelo NaN, onde pelo SISNEG foram filtrados os segmentos, entre eles: minimercados e mercearias, moda;

Termo de adesão de 23 minimercados e mercearias para inserção na metodologia do Varejo Competitivo;

Diagnóstico de 40 empresas do segmento moda, com vista a ser atendido em 2015 pelo projeto da UAC-CS;

Atendimento a 265 empresas através do Programa NaN, Oficinas SEI, Palestras de empreendedorismo, Consultoria individualizadas, Disseminação da Semente do

Empreendedorismo (específico para o público de potenciais empreendedores) e realização de parceria com a Escola Estadual Albano Franco, Instituto Rahamim e CARE para as realizações de Seminários de Empreendedorismo e capacitações na metodologia Crescendo e Empreendendo.

Contou o projeto com os apoios do CRAS na divulgação dos benefícios da formalização para MEI, juntamente com o público do bolsa-família e nos espaços de sala de aula para a realização das palestras, oficinas e cursos; MPE e IGB com ações coletivas de verticalização da produção dos materiais recicláveis, juntamente na COORES, CARE e MATER; do Instituto Rahamim na identificação de grupos setoriais, a exemplo do de beleza e economia criativa; da Escola Estadual Albano Franco no que se refere a ações de empreendedorismo para as turmas do 9º ano do ensino fundamental e do 1º e 2º ano do ensino médio

SEBRAE/SE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL SERGIPANO – neste projeto se pode destacar:

- Nove municípios com a Lei Geral implementada e dois com constituídos os Comitês Gestor da LG;
- Inauguração de nove Pontos do Empreendedor – Arauá, Boquim, Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru e Umbaúba;
- Participação dos MEIs, EPP e produtores rurais junto às compras públicas municipais.
- Implantação do manual de boas práticas em duas empresas uma no município de Estância (fábrica de bolos) e outra no município de Arauá (restaurante);
- Criação de quatro logomarcas nas Cooperativas de Umbaúba, Cristinápolis, Arauá e na fabriqueta de chocolate em Estância.

SEBRAE/SE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO – neste projeto se pode destacar:

- Cinco municípios com a lei Geral implementada;
- Seis Comitês Gestor Municipal da LG formados através de decretos municipais;
- Inauguração de oito Pontos do Empreendedor - Cedro de São João, Telha, Propriá, São Francisco, Malhada dos Bois, Santana do São Francisco, Japoatã e Pacatuba;
- Cinco municípios com elaboração do PAEM - Plano de Ação Estratégico Municipal;
- 291 formalizações de Microempreendedor Individual(MEI) no Baixo São Francisco;
- Uma visita técnica à Orla de Aracaju com os donos de Bares e Restaurantes do Povoado Saúde, com o objetivo de padronizar os Bares e restaurantes do referido povoado.

2.7.2 Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços

Quadro 14 – Execução da Carteira de Projetos

Projeto	Valor Previsto Anual 2014							
	Valor Previsto Anual			Valor Orçado Período	Executado			
	Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Total	%
AQUINORDESTE-SE - INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA NA REGIÃO NORDESTE	536	0	536	0	365	0	365	68,1%
Observatório do Ambiente das MPEs de Sergipe	77	40	117	0	32	0	32	27,5%

Fonte: SME

Na carteira de Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços podem ser destacados, por projeto:

No projeto Aquinordeste-SE – Integração e Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura na Região Nordeste destaca-se:

- Avaliação genética dos estoques naturais de ostra através convênio com a UFS – Universidade Federal de Sergipe para identificação genética de reprodutores;
- Avaliação de três sistemas de cultivo: tradicional, o BST e o flutuante, sendo o BST e o flutuante sistemas que serão implantados e testados pela primeira vez no país;
- Iniciada a implantação de uma unidades demonstrativas de engorda de tilápia e tambaqui;
- Desenvolvimento de consultoria tecnológicas aos demais estados participantes do projeto (AL/PB/RN); e
- Realização de missão técnica para a participação no Congresso Aquinordeste que aconteceu em Maceió - AL.

Do realizado pelo Observatório do Ambiente das MPEs de Sergipe pode ser destacada a pesquisa quantitativa de avaliação com 800 feirantes e 300 clientes na feira livre do município de Capela, utilizada para orientar decisões da administração do município.

2.7.3 Projetos de Articulação Institucional

Quadro 15 – Execução da Carteira de Projetos

Projeto	Valor Previsto Anual 2014							
	Valor Previsto Anual			Valor Orçado Período	Executado			
	Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Total	%
COMPRAS GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DE SERGIPE	256	0	256	0	135	0	135	52,9%
FORTALECIMENTO DA REDE DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE SERGIPE	270	0	270	0	217	0	217	80,4%
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL EM SERGIPE - PROSPERAR	192	8	200	0	125	0	125	62,7%
Inclusão Socioambiental e Produtiva de Catadores e Coletores de Recicláveis em Sergipe	370	0	370	0	143	0	143	38,7%
MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	60	0	60	0	19	0	19	31,1%

Fonte: SME

Como realizações a serem destacadas da carteira podem ser citadas:

As ações desenvolvidas de estímulo às compras governamentais estiveram centradas nos cursos de compras governamentais (Comprador e Fornecedor), seminários e preparação de sistema de pesquisa para monitoramento das compras pelo setor público estadual.

Foram desenvolvidos cursos de Compras Governamentais para público comprador (setor público) de 10 municípios - Araúá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru e Umbaúba.

Essas ações geram resultados pelo volume de compras das prefeituras no próprio município de MEI, ME, EPP e Produtor Rural, nas seguintes relações:

Município	% de Compras de Fornecedores do Município
Araúá	30%
Boquim	35%
Cristinápolis	30%
Estância	68%
Indiaroba	6,4%
Itabaianinha	26%
Tomar do Geru	75%
Umbaúba	5%
Própria	21%
Malhada dos Bois	38%
Cedro de São João	30%
Pacatuba	20%.

O projeto realizou também os seminários “COMPRAS GOVERNAMENTAIS E O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL”, “COMPRAS GOVERNAMENTAIS (As modificações da LC nº 147/2014)” e “COMO COMPRAR MAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR”.

No projeto Fortalecimento da Rede de Agentes de Desenvolvimento aconteceu a contínua capacitação dos ADs, com:

- Encontros Estadual, Regionais e Nacional;
- Capacitação avançada de ADs;
- Cursos de Compras Governamentais para público de 10 municípios (setor público e privado – não aconteceu o para Fornecedores) - Araúá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru e Umbaúba.;
- Capacitados 05 AD's no SEMINÁRIO EMPRETEC;
- Oficina Comunicação para os AD's da Região Sul
- Palestra sobre Atualização do MEI em Aracaju/SE

No projeto IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL EM SERGIPE – PROSPERAR é destaque a consolidação da implementação da lei Geral em 27 municípios, sendo que nove foram do ano de 2014. A relação dos municípios com a lei geral implementada é:

1. Amparo de São Francisco
2. Aracaju
3. Araúá

4. Boquim
5. Canindé de São Francisco
6. Carira
7. Carmópolis
8. Cedro de São João
9. Cristinápolis
10. Divina Pastora
11. Estância
12. Itabaiana
13. Itabaianinha
14. Japaratuba
15. Lagarto
16. Malhada dos Bois
17. Pacatuba
18. Pedrinhas
19. Propriá
20. Ribeirópolis
21. Santa Luzia Itanhi
22. Santa Rosa De Lima
23. Siriri
24. Tobias Barreto
25. Tomar do Geru
26. Umbaúba
27. General Maynard

No apoio a eventos, é destacada a palestra do BNDES em Cristinápolis, numa iniciativa da prefeitura local através do seu Agente de Desenvolvimento, com o objetivo de divulgar o cartão BNDES junto ao empresariado.

O projeto Inclusão Socioambiental e Produtiva de Catadores e Coletores de Recicláveis em Sergipe é de significativo impacto nas comunidades beneficiadas e em 2014 realizou esteva na fase inicial de cadastramento do público-alvo e montagem da estratégia de trabalho.

O projeto Mediação e Arbitragem se propõe a fazer a sensibilização dos empreendedores para a adoção nas suas demandas de solução de controvérsia contratual métodos extrajudiciais alternativos. Para tanto trabalha em parceria com a OAB e o ISAM - Instituto Sergipano de Arbitragem e Mediação promovendo eventos de divulgação como o Seminário Mediação e Arbitragem para Micro e Pequenas Empresas realizado em 26 de novembro de 2014.

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1. Estrutura de Governança

As estruturas de governança da entidade são comentadas na sequência.

3.2. Atuação da Auditoria

A Unidade de Auditoria Interna do SEBRAE Sergipe é uma gerência subordinada a Superintendência da entidade e tem como missão prover o assessoramento para a efetiva e a transparente aplicação dos recursos do SEBRAE Sergipe, tendo como referencial os normativos de controles interno e externo, analisando e monitorando os riscos da Entidade, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em gestão de riscos, atuando de forma independente com ética e agregando valor aos negócios.

A Unidade de Auditoria Interna do SEBRAE/SE busca a melhoria dos controles internos das áreas administrativas e operacionais sendo que no exercício de 2014, os trabalhos foram direcionados para os processos Execução e Gestão de Projetos com foco em Convênios, Tecnologia da Informação, Relatórios Contábeis e Financeiros e Gestão e Execução de Projetos/SEBRAETEC. Os trabalhos desenvolvem-se dentro do acompanhamento de seu plano anual de ação, com uma avaliação positiva quanto à qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional.

A avaliação da auditoria independente sobre a qualidade dos controles internos destacou a recomendação de que a Entidade monitore a ação judicial em curso quanto à concessão da isenção da COFINS bem como os potenciais impactos contábeis decorrentes dessa contribuição em suas demonstrações financeiras e reduza ou elimine a contratação de fornecedores de materiais e serviços, sem que seja efetuado o adequado processo licitatório.

3.3. Sistema de Correição

Com o objetivo de dar tratamento às demandas de serviços, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias formuladas à instituição, foi em 2012 implantada em dimensão nacional a Ouvidoria SEBRAE. Nos Estados tem-se a figura do interlocutor que recebe as demandas coletadas pela unidade central.

Com abrangência Nacional e Integrando a Assessoria da Presidência do Sebrae Nacional, atua de forma integrada e conta com 26 interlocutores nos Estados, além de uma Ouvidora e com um Assistente Técnico.

3.4. Avaliação dos Controles Internos

Quadro a seguir mostra avaliação dos controles internos da unidade sob a percepção dos próprios dirigentes da unidade jurisdicionada, quanto à qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos para garantir a consecução dos seus objetivos estratégicos, considerando os seguintes elementos:

- a) ambiente de controle;
- b) avaliação de risco;
- c) atividades de controle;
- d) informação e Comunicação;
- e) monitoramento.

Quadro 16 – Avaliação dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.5. Dirigentes e Membros de Conselhos

Quadro 17 - Dirigentes e Membros de Conselhos

Nome	Entidade	Função	Período de Gestão	
			Início	Fim
Conselho Deliberativo SEBRAE/SE				
LÚCIA HELENA CRUZ MOYA CUEVAS	BANCO DO BRASIL	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014

Nome	Entidade	Função	Período de Gestão	
EDUARDO CAVALCANTE MORAES	BANCO DO BRASIL	SUPLENTE	01/01/2014	31/12/2014
VERA LÚCIA DE OLIVEIRA	BANCO BANESE	TITULAR	01/01/2014	24/06/2014
FERNANDO SOARES DA MOTA	BANCO BANESE	TITULAR	25/06/2014	31/12/2014
EDSON FREIRE CAETANO	BANCO BANESE	SUPLENTE	01/01/2014	31/12/2014
LUCIANO AZEVEDO PIMENTEL	CAIXA ECONOMICA	TITULAR	01/01/2014	28/01/2014
ANACLETO GROSELLI	CAIXA ECONOMICA	TITULAR	29/01/2014	31/12/2014
MARCO ANTONIO QUEIROZ	CAIXA ECONOMICA	SUPLENTE	01/01/2014	31/12/2014
SAMUEL RODRIGUES SCHUSTER	CDL	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
MANOEL CAETANO DA SILVA	CDL	SUPLENTE	01/01/2014	22/07/2014
BRENNO LUIZ RIBEIRO BARRETO	CDL	SUPLENTE	23/07/2014	31/12/2014
ANTONIO FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO	FACIASE	TITULAR	01/01/2014	24/08/2014
ALEXANDRE SANTANA PORTO	FACIASE	TITULAR	25/08/2014	31/12/2014
MARCO AURÉLIO PINHEIRO TARQUINEO	FACIASE	SUPLENTE	01/01/2014	26/11/2014
JOSÉ DE OLIVEIRA GUIMARÃES	FAESE	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
JORGE DE CARVALHO PRADO	FAESE	SUPLENTE	01/01/2014	08/02/2014
PEDRO RIBEIRO AGUIAR FONSECA	FAESE	SUPLENTE	25/02/2014	21/04/2014
BRAÚLIO AUGUSTO LIRA	FAESE	SUPLENTE	22/04/2014	31/12/2014
GILSON SILVEIRA FIGUEIREDO	FCDL	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
JOSÉ ALVES DANTAS FILHO	FCDL	SUPLENTE	01/01/2014	22/06/2014
EDIVALDO FRANCISCO DA CUNHA	FCDL	SUPLENTE	23/06/2014	31/12/2014
JOSÉ MARCOS DE ANDRADE	FECOMERCIO	TITULAR	01/01/2014	24/08/2014
ALEX CAVALCANTE GARCEZ	FECOMERCIO	TITULAR	25/08/2014	31/12/2014
CLOVES NASCIMENTO ALCANTARA	FECOMERCIO	SUPLENTE	01/01/2014	24/08/2014

Nome	Entidade	Função	Período de Gestão	
JOSÉ MARCOS DE ANDRADE	FECOMERCIO	SUPLENTE	25/08/2014	31/12/2014
CICERO GOMES BARROS	FIES	TITULAR	01/01/2014	01/10/2014
JOSÉ ABILIO GUIMARAES PRIMO	FIES	TITULAR	02/10/2014	31/12/2014
EDUARDO PRADO DE OLIVEIRA	FIES	SUPLENTE	01/01/2014	16/06/2014
CICERO GOMES BARROS	FIES	SUPLENTE	02/10/2014	31/12/2014
ANTONIO CARLOS FRANCISCO ARAÚJO	IEL	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
EDUARDO PRADO DE OLIVEIRA	IEL	SUPLENTE	16/06/2014	31/12/2014
JOSÉ DO PATROCÍNIO HORA ALVES	ITPS	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
LÚCIA CALUMBY BARRETO DE MACEDO	ITPS	SUPLENTE	20/03/2014	31/12/2014
EVANDRO SANTOS NASCIMENTO	SEBRAE NACIONAL	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
MÁRIO LÚCIO DE ÁVILA	SEBRAE NACIONAL	SUPLENTE	01/01/2014	26/05/2014
ELIZIS MARIA DE FARIA	SEBRAE NACIONAL	SUPLENTE	27/05/2014	31/12/2014
SAUMINEO DA SILVA NASCIMENTO	SEDETEC	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
CARLOS AUGUSTO FRANCO GUIMARAES	SEDETEC	SUPLENTE	01/01/2014	07/04/2014
ROBERTO BISPO DE LIMA	SEDETEC	SUPLENTE	08/04/2014	31/12/2014
ABEL GOMES DA ROCHA FILHO	SENAC	TITULAR	01/01/2014	01/10/2014
HUGO LIMA FRANÇA	SENAC	TITULAR	02/10/2014	31/12/2014
ALEX CAVALCANTE GARCEZ	SENAC	SUPLENTE	01/01/2014	24/08/2014
JOSÉ CARLOS QUINTINO DE MOURA	SENAC	SUPLENTE	02/10/2014	31/12/2014
RAYMUNDO ALMEIDA NETO	SENAR	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
DÊNIO AUGUSTO LEITE SANTOS	SENAR	SUPLENTE	01/01/2014	31/12/2014
Conselho Fiscal SEBRAE/SE				
JOSE CICINATO VIEIRA MELO	FAESE	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014

Nome	Entidade	Função	Período de Gestão	
EPIFÂNIO JOSÉ FONTES DE GOES	FAESE	SUPLENTE	01/01/2014	31/12/2014
WLADIMIR ALVES TORRES	FACIASE	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
FLÁVIO HENRIQUE BARROS ANDRADE	FACIASE	SUPLENTE	01/01/2014	31/12/2014
JOSÉ NORMANDO DA MOTA GUIMARÃES FILHO	BANCO DO BRASIL	TITULAR	01/01/2014	31/12/2014
DirigenteS				
LAURO AURÉLIO VIEIRA SAMPAIO VS CONCELOS	-	SUPERINTENDENTE	01/01/2014	31/12/2014
EMANOEL SILVEIRA SOBRAL	-	DIRETOR	01/01/2014	31/12/2014
MARCELO FARIAS BARRETO	-	DIRETOR	01/01/2014	31/12/2014

3.6. Remuneração a Dirigentes

De acordo com o Art.9, VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Quadro 18 – Remuneração de Dirigentes

Nome	Salário (em 31/12/2014)
Superintendente	R\$ 24.017,90
Diretor Técnico	R\$ 21.616,11
Diretor Administrativo Financeiro	R\$ 21.616,11

4. Programação e Execução Contábil e Financeira

4.1. Programação Orçamentária das Receitas e Despesas

Quadro 19 - Programação Orçamentária das Receitas e Despesas

Receitas	Previsão			Despesas	Previsão		
	Original (a)	Ajustada (b)	% Variação (b/a)		Original (a)	Ajustado (b)	% Variação (b/a)
Receitas Correntes	40.561	46.896	15,6%	Despesas Correntes	41.346	45.535	10,1%
Contribuição Social Ordinária - CSO	28.097	29.438	4,8%	Pessoal, Encargos e Benefícios	13.795	13.795	-
Contribuição Social do Sebrae/NA -	8.731	11.032	26,4%	Serviços Profissionais e Contratados	20.719	23.741	14,6%
CSO - SALDO de Exercícios Anterior	500	3.067	513,4%	Demais Despesas Operacionais	6.522	7.569	16,0%
Aplicações Financeiras	300	300	-	Encargos Diversos	60	60	-
Convênios com Sebrae/NA	231	279	20,8%	Transferências	250	370	47,8%
Convênios com Parceiros	462	666	44,1%				
Empresas Beneficiadas	2.200	2.074	-5,7%				
Outras Receitas	40	40	-				
Déficit Corrente				Superávit Corrente			
Receitas de Capital	100	100	-	Despesas de Capital	647	1.529	136,2%
Alienação de Bens	100	100	-	Investimentos / Outros	647	1.529	136,2%
Oper. de Crédito / Receb. de Empré	0	0	-	Financ. /Amort. de Empréstimos	0	0	-
Saldo de Exercícios Anteriores	1.850	296	-84,0%	Fundo de Reserva	518	228	-55,9%
Receitas Totais	42.511	47.292	11,2%	Despesas Totais	42.511	47.292	11,2%
Resultado - Déficit				Resultado Superávit			
Total Geral	42.511	47.292	11,2%	Total Geral	42.511	47.292	11,2%

4.2. Execução Orçamentária das Receitas e Despesas

Quadro 20 - Execução Orçamentária das Receitas e Despesas

Receitas	Previsão	Execução		Despesas	Previsão	Execução	
	Ajustada (b)	(c)	% (c/b)		Ajustado (b)	(c)	% (c/b)
Receitas Correntes	46.896	43.968	93,8%	Despesas Correntes	45.535	40.354	88,6%
Contribuição Social Ordinária - CSO	29.438	29.680	100,8%	Pessoal, Encargos e Benefícios	13.795	13.054	94,6%
Contribuição Social do Sebrae/NA -	11.032	7.418	67,2%	Serviços Profissionais e Contratados	23.741	18.954	79,8%
CSO - SALDO de Exercícios Anterior	3.067	3.419	111,5%	Demais Despesas Operacionais	7.569	7.653	101,1%
Aplicações Financeiras	300	706	235,2%	Encargos Diversos	60	226	376,7%
Convênios com Sebrae/NA	279	816	292,2%	Transferências	370	467	126,3%
Convênios com Parceiros	666	0	-				
Empresas Beneficiadas	2.074	1.802	86,9%				
Outras Receitas	40	128	320,3%				
Déficit Corrente		X		Superávit Corrente		3.613	
Receitas de Capital	100	0	-	Despesas de Capital	1.529	1.142	74,7%
Alienação de Bens	100	0	-	Investimentos / Outros	1.529	1.142	74,7%
Oper. de Crédito / Receb. de Empré	0	0	-	Financ. /Amort. de Empréstimos	0	0	-
Saldo de Exercícios Anteriores	296	-	-	Fundo de Reserva	228	-	-
Receitas Totais	47.292	43.968	93,0%	Despesas Totais	47.292	41.497	87,7%
Resultado - Déficit		X		Resultado Superávit		2.471	
Total Geral	47.292	43.968	93,0%	Total Geral	47.292	43.968	93,0%

As variações mais significativas de receitas são justificadas, principalmente, por:

Em relação aos recursos de CSN verificou-se uma realização a menor da CSN transferida pelos projetos Atualização dos Ativos em Tecnologia da Informação, ALI - Agentes Locais de Inovação, Projeto de Integração e Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura na Região Nordeste e Programa de Compras Governamentais por dificuldades operacionais diversas.

As aplicações financeiras tiveram um aumento significativo em função da melhor gestão do caixa.

A receita de convênios com parceiros teve sua execução prejudicada pela essa limitação de Governo Estadual, Prefeituras e outros entes públicos de formalização de instrumentos que viabilizem os repasses de recursos.

Quadro 21 – Indicadores de Limites Orçamentários

Limites Orçamentários - Sergipe					
Limite	Valor Limite	Base de Cálculo	Valor Executado	% Executado	Situação
Inovação e Tecnologia - Mín. 20%	3.701.907	18.509.535	5.165.011	27,9%	OK
Capacitação de Recursos Humanos - Mín. 2% e Máx. 6%	Mín. 261.087 Máx. 783.262	13.054.361	492.519	3,8%	OK
Pessoal Encargos e Benefícios - Máx. 55%	19.653.884	35.734.335	13.054.361	36,5%	OK
Divulgação, Anúncio, Publicidade e Propaganda - Máx 3,5%	1.648.655	47.521.973 - 121.881 - 295.663 = 47.104.429	529.146	1,1%	OK
Bens Móveis (Receita de Alienação de Bens + 3% (Receita CSO + Receitas Próprias) – Máx. de 100%	1.096.326	0 + (0,03 * (44.089.533 - 121.881 - 7.417.816 - 0 - 0 - 5.630)) = 1.096.326	1.112.577	101,5%	Acima do Limite
Bens Imóveis - Aprovação prévia do CDN	0	0	0	0,0%	-
Custeio Administrativo (5% Lei 8.154/90 + Receitas Próprias) – Máx. de 100%	6.620.894	((3.985.552 / 12) * 12) + 2.635.342 = 6.620.894	6.165.802	93,1%	OK
Contrapartida da Contribuição Social Ordinária - Mín. 10%	3.309.899	29.680.081 + 3.418.912	2.617.046	7,9%	Abaixo do Limite
Tecnologia da Informação e da Comunicação - Mín. 2%	661.980	29.680.081 + 3.418.912 - 0	1.694.911	5,1%	OK
Projetos Setoriais - Mín. 50%	8.459.417	16.918.834	10.658.246	63,0%	OK
Fundo de Reserva - Máx 20%	9.504.395	(47.521.973 - 47.063.829) / 47.521.973 = 0,0096	458.144	1,0%	OK

As variações aos limites de “Bens Móveis” e “Contrapartida da Contribuição Social Ordinária” - Mín. 10% são a seguir justificadas:

Contrapartida de CSO:

O limite de contrapartida de CSO não foi atingido por razões como:

- A receita de convênios com parceiros teve sua execução prejudicada pela limitação de Governo Estadual, Prefeituras e outros entes públicos de formalização de instrumentos que viabilizem os repasses de recursos.
- A receita de empresas beneficiadas apresentou limitações de realização decorrente das características locais de difícil repasse ao público-alvo, notadamente das áreas de artesanato e rural com baixa capacidade de pagamento, de parte mais significativa do custo de serviços.

Contudo, foi firmado contrato com o Governo do Estado para execução do Projeto Inclusão Socioambiental e Produtiva de Catadores e Coletores de Recicláveis em Sergipe, que permitiria auferir uma receita de R\$ 2.816.674,00, desses R\$ 850.000,00 foram empenhados no ano de 2014.

Bens Móveis:

Houve uma leitura de excedente na aquisição de bens móveis em função de registro contábil/orçamentário que resultou numa leitura distorcida na aplicação de bens móveis, excetuando-se os bens móveis destinados a tecnologia da informação e comunicação, gerando a ultrapassagem em 1,5 ponto percentual.

Conforme balancete de dezembro os investimentos em bens móveis sem “equipamentos de informática” foram de:

Novembro = 987.650,61 – 831.168,80 = 156.481,81

Dezembro = 1.118.207,39 – 833.567,80 = 284.639,59

1.9.5.2	5007	INVESTIMENTO/IMOBILIZADO	987.650,61D	153.056,78D	22.500,00C	1.118.207,39D
1.9.5.2.03	5015	BENS MÓVEIS	987.650,61D	153.056,78D	22.500,00C	1.118.207,39D
1.9.5.2.03.001	5016	Móveis e Utensílios	54.217,81D	0,00	0,00	54.217,81D
1.9.5.2.03.002	5017	Veículos e Acessórios	0,00	105.000,00D	0,00	105.000,00D
1.9.5.2.03.003	5018	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	89.114,00D	657,78D	0,00	89.771,78D
1.9.5.2.03.004	5019	Equipamentos de Informática	831.168,80D	2.399,00D	0,00	833.567,80D
1.9.5.2.03.005	5020	Instalações	0,00	45.000,00D	22.500,00C	22.500,00D
1.9.5.2.03.007	5022	Obras de Arte	13.150,00D	0,00	0,00	13.150,00D

Assim, com o acréscimo no valor 128.157,78 dos quais 105.000 correspondente à aquisição de um veículo mostra-se incoerente o limite passar de 23% para 101%, pois considerando a base do limite de gasto de R\$1.096.326 (Quadro 21 – Indicadores de Limites Orçamentários) a aplicação em bens móveis estaria comprometido em 26%.

4.3. Maiores Contratos e Favorecidos

Os dez maiores contratos com fornecedores firmados foram:

Quadro 22 – Dez Maiores Contratos Firmados

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Valor Total R\$
NETSUL INFORMÁTICA LTDA	94.888.260/0001-99	Contrato de Fornecimento nº 08/2014 - Fornecimento de equipamentos (switches) e serviços de instalação.		Pregão	676.166,80
PAULO SUASSUNA CONSULTORIA LTDA	09.526.985/0001-68	Contrato de Prestação de Serviço nº 01/2014 - Capacitação de 29 produtores rurais.		Dispensa de Licitação	516.040,00
PROPAG TURISMO LTDA EPP	13.353.495/0001-84	Contrato de Prestação de Serviço nº 19/2014 - Prestação de serviços de agenciamento de viagens incluindo reservas, emissão, fornecimento, alteração, remissão e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, de reserva em meio a hospedagens nacionais e internacionais, e de locação de veículos diversos, bem como demais serviços correlatos.		Pregão	515.464,51
ESTADO DA ARTE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA EPP	05.797.427/0001-86	Contrato de Prestação de Serviços nº 06/2014 - Prestação de serviços de consultoria para os Programas Agentes Locais de Inovação - ALI e SEBRAETEC.		Concorrência	449.790,00

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Valor Total R\$
EMPRESA SERGIPANA DE VIGILÂNCIA LTDA - EPP	16.208.738/0001- 89	Contrato de Prestação de Serviços nº 15/2014 - Prestação de serviços de segurança/vigilância patrimonial armada nos Escritórios Regionais do SEBRAE/SE, localizados nos seguintes municípios sergipanos: Itabaiana, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Estância e Lagarto.		Pregão	409.535,94
EVIDÊNCIA COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA ME	10.935.595/0001- 20	Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2014 - Prestação de serviços de publicidade e propaganda		Convite	394.873,20
D.A. DE MORAIS - ME	06.554.878/0001- 55	Contrato de Locação de Serviços nº 01/2014 - Locação de equipamentos audiovisuais e de informática, com suporte técnico, os quais serão utilizados por ocasião da realização de eventos na Grande Aracaju e Interior do Estado, mediante requisição		Pregão	337.834,08
LUIZ MELO & CIA LTDA	00.299.160/0001- 83	Contrato de Prestação de Serviços nº 10/2014 - Prestação de Serviços de reprografia e impressões monocromática/colorida e encadernação, com fornecimento de equipamentos, operadores, manutenção, suporte técnico, assistência técnica, com todos os insumos necessários à execução dos serviços,		Pregão	186.325,721

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Valor Total R\$
		inclusive papel.			
MOVIMENTO COMPETITIVO SERGIPE	08.156.678/0001-70	Contrato de Execução de Serviços nº 05/2014 - Implementar o plano de melhoria da gestão e realização do 3º ciclo de Autoavaliação Assistida com base no Modelo de Excelência da Gestão da Fundação Nacional da Qualidade, no valor de R\$ 229.735,00 – vigente até 03/2015.		Dispensa de Licitação	169.981,67
MARINE EQUIPMENTS LTDA ME	12.929.739/0001-61	Contrato de Fornecimento 09/2014 - Fornecimento e implantação de sistemas produtivos para a Unidade de Avaliação de Diferentes Sistemas Produtivos de Ostras Nativas e capacitação do grupo operacional e consultores para operação e manutenção dos Sistemas		Pregão	121.000,00

Os dez maiores fornecedores favorecidos com despesas liquidadas no exercício foram:

Quadro 23 – Dez Maiores Fornecedores por Despesas Liquidadas

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Despesas Liquidadas Valor Total
STAND MONTAGENS E EVENTOS LTDA ME	02.490.292/0001-13	Contrato de Locação nº 05/2011 - Locação de estandes, montagem e desmontagem.		Pregão	1.122.976,95

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Despesas Liquidadas Valor Total
BARROS FILHOS CONTABILIDADE LTDA EPP	15.590.607/0001-46	Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2010 – Prestação de Serviços de receptivo e apoio administrativo às Unidades do SEBRAE/SE		Concorrência	1.109.185,03
CR TURISMO EPP	09.452.599/0001-79	Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2013 - Fornecimento de Passagens aéreas nacionais e internacionais e outros serviços conexos.		Pregão	983.951,03
TICKET SERVIÇOS S/A	47.866.934/0001-74	Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2010 - Prestação de serviços de emissão, fornecimento e controle de vales-alimentação personalizados, sob a forma de cartão eletrônico, com senha ou código eletrônico individualizado para cada cartão.		Concorrência	842.808,63
EMPRESA SERGIPANA DE VIGILÂNCIA LTDA - EPP	16.208.738/0001-89	Contratos de Prestação de Serviços nº 23/2012 e 15/2014 - Prestação de Serviços de segurança/vigilância patrimonial do SEBRAE/SE		Concorrência	763.140,85
NETSUL INFORMÁTICA LTDA	94.888.260/0001-99	Contrato de Fornecimento nº 08/2014 - Fornecimento de		Pregão	676.166,80

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Despesas Liquidadas Valor Total
		equipamentos (switches) e serviços de instalação.			
MARTINS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP	04.985.691/0001-80	Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2011 - Prestação de serviços de Análise de Processos, Operação, Suporte Técnico a Usuários da Rede Corporativa de Computadores, Suporte e manutenção de Rede e Teleprocessamentos, para possibilitar a adequada segurança e continuidade dos serviços e ativos de Rede.		Concorrência	612.725,31
DISLOC – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA EPP	32.864.373/0001-05	Contrato de Prestação de Serviço nº 11/2012 - Locação mensal de veículos com quilometragem livre, para prestação de serviços de transporte de pessoas, no desenvolvimento dos trabalhos do SEBRAE/SE		Pregão	527.368,06
PAULO SUASSUNA CONSULTORIA LTDA	09.526.985/0001-68	Contrato de Prestação de Serviço nº 01/2014 - Capacitação de produtores rurais - Projeto Palma.		Dispensa de licitação	516.040,00
PROPAG TURISMO LTDA	13.353.495/0001-84	Contrato de Prestação de Serviço nº 19/2014 -		Pregão	515.464,51

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Despesas Liquidadas Valor Total
EPP		Prestação de serviços de agenciamento de viagens incluindo reservas, emissão, fornecimento, alteração, remissão e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, de reserva em meio a hospedagens nacionais e internacionais, e de locação de veículos diversos, bem como demais serviços correlatos.			
HARDMAN & PRADO LTDA EPP	01.468.585/0001-31	Contrato de Fornecimento nº 10/2014- Fornecimento de lanches para coffe-breaks nos cursos, reuniões, palestras, seminários e eventos realizados pelo SEBRAE/SE.		Pregão	479.737,36
ESTADO DA ARTE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA EPP	05.797.427/0001-86	Contrato de Prestação de Serviços nº 06/2014 - Prestação de Serviços de consultoria I para os Programas Agentes Locais de Inovação - ALI e SEBRAETEC.		Concorrência	449.790,00
EVIDÊNCIA COMUNICAÇÃO INTEGRADA	10.935.595/0001-20	Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2014 - Prestação de		Convite	394.873,20

Contratada	CNPJ	Natureza	Elementos de Despesa	Modalidade de Licitação	Despesas Liquidadas Valor Total
LTDA ME		Serviços de publicidade e propaganda			
ROMALE COMPANY COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA ME	07.119.176/0001-06	Contrato de Prestação de Serviços nº 13/2012 - Prestação de Serviços de limpeza e conservação do prédio sede do SEBRAE/SE e dos Escritórios Regionais nos municípios de Itabaiana/SE, N. Senhora da Glória/SE e Lagarto/SE.		Concorrência	381.098,25
D.A. DE MORAIS - ME	06.554.878/0001-55	Contrato de Locação de Serviços nº 01/2014 - Locação de equipamentos audiovisuais e de informática, com suporte técnico, os quais serão utilizados pelo SEBRAE/SE por ocasião da realização de eventos na Grande Aracaju e Interior do Estado, mediante requisição		Pregão	337.834,08

4.4. Maiores Contratos para Obras de Engenharia

Não houve contratação de obras de engenharia no exercício, registrando-se apenas contratação de serviços de engenharia de manutenção predial e de reforma/ampliação de salas, conforme segue.

CONTRATADA	CNPJ	SERVIÇOS	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS VALOR TOTAL (R\$)
M & M Empreendimentos e Construções Ltda.	01.370.750/0001-18	Manutenção Predial (1)	Contratação direta	140.937,48
Moises Silva de Azevedo	14.318.508/0001-47	Manutenção Predial	Contratação direta	58.540,00
Nobre Construções e Serviços Ltda.	09.524.241/0001-04	Reforma e Ampliação de salas	Contratação direta	37.620,16

Nota:

- (1) - Os valores pagos à empresa M & M Empreendimentos e Construções Ltda. - ME referem-se a diversos serviços de manutenção, conforme detalhamento abaixo extraído de relatório da contabilidade.

Ref. Lançamento	Valor Original	Data de Baixa	Histórico
235403	8.855,94	21/02/2014	VL.REF. À SERVIÇO HIDRAULICOS E MANUTENÇÃO NA CAIXA D'ÁGUA NA SEDE DO SEBRAE.000024de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
235499	12.899,76	21/02/2014	VL.REF. À REVISÃO DO TELHADO E ELETRICA NA SEDE DO SEBRAE SE.000030de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
236720	3.110,00	14/03/2014	VL. REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, REMOÇÃO DAS CALHAS DE EMBUTIR TETO, TROCA DE REATORES E LÂMPADAS, REVISÃO NA INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM REPOSIÇÃO NOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE I000035de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
236719	2.900,00	14/03/2014	VL. REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESMONTAGEM DE CAIXA ANTIGA E FIAÇÃO, FORNECIMENTO DO QUADRO ELÉTRICO COM TRILHOS, DIJUNTORES, RELÉ DE NÍVEIS SUPERIOR E INFERIOR, CHAVE UNIPOLAR E REBITES REALIZADO NA IN000036de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
236721	10.024,10	17/03/2014	VL. REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARGA MANUAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA TRANSPORTADO COM CAMINHÃO POR RODOVIA PAVIMENTADA, FORNECIMENTO DE CONCRETO ARMADO, FORNECIMENTO DE CONCRETO SARRAFIADO, APLICAÇÃO0000037de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
241050	22.742,70	06/05/2014	VL.REF. À 30% DOS SERVIÇOS QUE ESTÃO SANDO EXECUTADOS NA SEDE DO SEBRAE/SE ORÇAMENTOS EM ANEXO.000050de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
241195	15.161,80	12/05/2014	VL.REF. À 20% DOS SERVIÇOS QUE ESTÃO SENDO EXECUTADO NA SEDE DO SEBRAE/SE.000051de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
242629	37.904,50	26/05/2014	VL. REF. PAGAMENTO RELATIVO 50% RESTANDO DO SERVIÇO NO FORRO EXECUTADO NA SEDE DO SEBRAE/SE.000052de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
245260	10.232,03	30/06/2014	VL.REF. À SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO WC DIRETORIA TECNICA E SERVIÇO NA ESTRUTURA METÁLICA.000054de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
246904	17.106,65	18/07/2014	VL. REF. SERVIÇO DE DRENAGEM DE PR' DIO E REPAROS NA ESTRUTURA EM AÇO E TELHAS EM ALUMÍNIO.000057de M&M EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
	140.937,48		

4.5. Informações sobre Transferências

4.5.1 Convênios

A execução mediante transferências acontece para a operação da Central de Relacionamento SEBRAE/Bloco Nordeste (AL, PE, PB e SE), com o SEBRAE/PE; no apoio a incubadoras para a aplicação do modelo CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos para gestão por meio do apadrinhamento de incubadoras, com i-Tec e CISE, entre outros.

Quadro 24 – Situação de Convênios

Convênios*	Transferidos em 2014	Total de Convênios Vigentes
Quantidade	5	5
Valores	466.900,58	472.067,86

* Convênios firmados em exercício anteriores a 2014, que tiveram valores transferidos durante o exercício de 2014, devem constar da planilha, tanto em valores transferidos quanto em valor total do convênio.

Quadro 25 – Prestação de Contas de Convênios

Convênios*	Valores prestados contas em 2014
Quantidade	3
Valores	204.418,13

* Incluir somente os convênios com prestação de contas final e, nesse caso, considerar o valor total do convênio.

5. Gestão Administrativa

5.1. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1.1 Estrutura de Pessoal

A estrutura de pessoal do SEBRAE/SE pode ser detalhada conforme a seguir, sem considerar os três diretores.

a) Demonstração da força de trabalho

Quadro 26 - Demonstração da Força de Trabalho

Contratos por Tempo Determinado	Contratos por Tempo Indeterminado
1	80

Quadro 27 – Afastamentos superiores a 15 dias

Por doença	0
Licença maternidade	0
Outros	0

b) Qualificação da força de trabalho com estrutura de cargos, área, idade e nível de escolaridade.

Quadro 28 - Quantidade e percentual de analistas e assistentes com distribuição por área

Espaço ocupacional	Quantidade			Percentual sobre total
	Total	Área fim	Área meio	
Assistente	16	4	12	19,80%
Analista	65	43	22	80,20%

Quadro 29 – Perfil de Escolaridade por faixa

Ensino fundamental	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Pós-graduação	Mestrado
1	3	7	4	24	36	6

Quadro 30 – Perfil de Idade

Faixa Etária (anos)					
Menos de 21	22 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	Acima de 60
0	6	9	31	27	8

c) Custos associados à manutenção de Recursos humanos

Quadro 31 - Custos de manutenção de recursos humanos de 01/01/2014 a 31/12/2014

Descrição	Valor (R\$)
Salários e gratificações	7.838.832,69
Benefícios	1.811.396,50
Encargos Trabalhistas	2.478.702,12

d) Inativos e pensionistas

Não foram registrados casos de aposentados por invalidez. No SEBRAE não se aplica a figura de pensionista.

e) Indicadores Gerenciais sobre RH

Indicador: *Turn Over*

Definição: O cálculo do índice de rotatividade de pessoal (*turn over*) é baseado no volume de todas as admissões e demissões de pessoal em relação aos recursos humanos disponíveis no SEBRAE/SE, dentro de certo período de tempo e em termos percentuais.

Forma de cálculo:

$$\frac{\text{total de admitidos no ano} + \text{total de demitidos no ano}}{2} \times 100$$

quadro de funcionários do ano anterior

Total de admissões no ano	0
Total de demitidos no ano	0
Quadro de funcionários do ano anterior	81
Turn over	0 %

Indicador: Absenteísmo

Definição: Absenteísmo constitui a soma dos períodos em que os funcionários se encontram ausentes do trabalho, por motivo de faltas e que são abonadas.

Forma de cálculo:

Absenteísmo = capacidade produtiva – dias trabalhados

Capacidade produtiva = quantidade de dias úteis x número de empregados

Dias trabalhados = capacidade produtiva – dias abonados

Taxa de absenteísmo = absenteísmo/capacidade produtiva x 100

Quantidade de dias úteis	234
Número de empregados	81
Capacidade produtiva	18.954
Dias abonados	407
Dias trabalhados	18.547

Absenteísmo	407
Taxa de absenteísmo (%)	2,15%

Indicador: Eficácia na seleção

Definição: Cálculo do percentual dos colaboradores que permanecem no SEBRAE após o 1º ano de contrato. A proporção é calculada em relação à todos os admitidos no ano analisado, independente do tipo de contrato.

Forma de cálculo:

$$\frac{\text{Número de colaboradores admitidos no ano (2013) que completaram um ano ou mais de atividade}}{\text{Número total de colaboradores admitidos no ano analisado (2013)}} \times 100$$

Número de colaboradores admitidos no ano que completaram um ano ou mais de atividade	1
Número total de colaboradores admitidos no ano analisado	1
Eficácia na seleção	100%

5.1.2 Mão de Obra Terceirizada e Estagiários

5.1.2.1 Mão de Obra Terceirizada

Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante								
Nome: SEBRAE/SE								
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Natureza	Número do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Despesa executada no contrato	Situação do Contrato
					Início	Fim		
2012	L	O	13/2012	07.119.176/0001-06	1º/08/2012	1º/02/2016	R\$ 381.098,25	P
2012	V	O	23/2012	16.208.738/0001-89	1º/12/2012	29/11/2015	R\$ 353.604,88	P
2014	V	O	15/2014	16.208.738/0001-89	10/06/2014	10/06/2015	R\$ 409.535,94	A
Observações:								

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Unidade Jurídica

Quadro 33 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante								
Nome:								
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Natureza	Número do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Despesa executada no contrato	Situação do Contrato
					Início	Fim		
2010	12	O	07/2010	15.590.607/0001-46	01/04/2010	01/04/2015	R\$ 1.109.185,03	P
2011	3	O	04/2011	04.985.691/0001-80	20/04/2011	20/04/2015	R\$ 612.725,31	P
2012	2	O	11/2012	32.864.373/0001-05	01/06/2012	01/06/2015	R\$ 527.368,06	P
2014	6	O	10/2014	00.299.160/0001-83	20/05/2014	20/05/2015	R\$ 186.325,71	A
2010	12	O	14/2010	32.886.251/0001-01	02/08/2010	02/08/2015	R\$ 54.511,24	P
Observações:								
LEGENDA								
Área:								
1. Segurança								
2. Transportes								
3. Informática								
4. Copeiragem								

5. Recepção
6. Reprografia
7. Telecomunicações
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

5.1.2.2. Estagiários

Quadro 34 – Quantitativo de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ mil)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	33	34	38	34	228,52
1.1 Área Fim	23	21	25	23	157,34
1.2 Área Meio	10	13	13	11	71,18
2. Nível Médio	1	1	2	2	9,40
2.1 Área Fim	1	1	1	1	6,44
2.2 Área Meio	0	0	1	1	2,96
3. Total (1+2)	34	35	40	36	237,93

Análise Crítica: A distribuição de estagiários é de meio a meio entre as áreas fim e meio proporcionando um equilíbrio de oportunidades aos estudantes, em suas áreas de interesse.

5.2. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

5.2.1. Veículos Próprios ou Locados de Terceiros

A frota de veículo em uso pelo SEBRAE/SE é composta de dez veículos próprios e quinze locados. Para a gestão da frota todo veículo tem mapa de movimentação diária e é equipado com um rastreador, o que permite emitir relatórios que informa data, horário, ignição ligada ou desligada, latitude e longitude, tudo monitorado pelo setor de transporte. A forma de abastecimento é por cartão magnético com chip o que permite emitir relatórios informando data, horário, local, quantidade, valores e o condutor que realizou o abastecimento.

Periodicamente é feita manutenção preventiva na frota de veículos próprios e o mesmo é exigido para os veículos locados.

Os custos envolvidos em 2014 em manutenção e combustíveis e lubrificantes para os veículos próprios e de terceiros, para estes só cabendo os custos com combustível, somaram R\$477.926,65.

O contrato de locação de veículos é seguinte:

Contratada	CNPJ	Natureza	Modalidade de Licitação	Despesas Liquidadas Valor Total
DISLOC – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA EPP	32.864.373/0001-05	Contrato de Prestação de Serviço nº 11/2012 - Locação mensal de veículos com quilometragem livre, para prestação de serviços de transporte de pessoas, no desenvolvimento dos trabalhos do SEBRAE/SE	Pregão	527.368,06

5.2.2 Patrimônio Imobiliário Próprio ou Locado de Terceiros

O SEBRAE/SE tem uma sede própria na capital e cinco imóveis alugados no interior do estado nos municípios de Lagarto, Itabaiana, Estância, Própria e N. S. da Glória que abrigam os escritórios de atendimento.

As manutenções corretivas e preventivas das redes elétrica, hidráulica e telefônica e equipamentos de refrigeração de ar são realizadas na sede e escritórios rotineiramente com troca de itens e correções. Para os equipamentos em geral, quando apresentam defeito de maior profundidade é feita cotação de serviço, cabendo à empresa que apresentar menor preço executar o serviço.

É feita anualmente a manutenção no sistema de combate a incêndio com recarga dos extintores da sede e escritórios e testes na rede hidráulica de combate a incêndio na sede.

Trimestralmente é feita a limpeza da caixa d'água e poço, este na sede.

Quadro 35 - Imóvel próprio:

Endereço	Ano de aquisição	Destinação	Custo de aquisição	Valor de mercado
Av. Tancredo Neves, 5500, bairro América, Aracaju, SE	1993	Sede da Unidade	4,6 milhões de Reais	15,1 milhões de Reais

Quadro 36 - Imóveis locados:

Endereço	Destinação	Valor anual da locação (R\$)
Av. Lourival Batista, 478, Centro, na Cidade de Nossa Senhora da Glória/SE	Escritório Regional de Nossa Senhora da Glória/SE.	11.960,96
Praça Fausto Cardoso, nº 165, Propriá/SE	Escritório Regional do SEBRAE/SE em Própria/SE	21.078,69
Av. Presidente Kennedy, nº 311, Cidade de Lagarto/SE	Escritório Regional de Lagarto/SE	26.726,44
Rua Manoel Antônio de Oliveira, nº 423, Itabaiana/SE	Escritório Regional do SEBRAE/SE em Itabaiana/SE	21.600,00

Rua General Pedra, na Cidade de Estância/SE	Escritório Regional do SEBRAE/SE em Estância/SE.	15.416,13
Município de Nossa Senhora da Glória/SE, à Rua Alcino Alves de Oliveira, nº 161.	Garagem para o veículo do SEBRAE/SE em Nossa Senhora da Glória/SE.	2.102,15

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Os sistemas computacionais relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da unidade podem ser apresentados, como abaixo.

a) Relação dos sistemas e a função de cada um deles:

ECM - É a ferramenta da TOTVS, adquirida pelo SEBRAE/SE para otimizar os processos de Viagens, Compras e Eventos

SIACWEB – Sistema Integrado de Atendimento

SGE – Sistema de Gestão Estratégica

SME – Sistema de Monitoramento Estratégico

SGC – Sistema de Gestão de Credenciamento

RM - Sistema de Gestão de Recursos Empresariais

b) Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades:

Não forma registradas novas demandas.

c) Relação dos contratos que vigoram no exercício de 2014:

Quadro 37 – Contratos de TI

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
19/12	ECM - Ferramenta da TOTVS, adquirida pelo SEBRAE/SE para otimizar os processos de viagens, Compras e Eventos	20/12/2015	53.113.791/0001-22	TOTVS	R\$10.946,64	R\$ 10.946,64

06/13	RM - Sistema de Gestão de recursos Empresariais	20/12/2015	53.113.791/0001-22	TOTVS	R\$51.155,88	R\$ 51.155,88
04/11	Prestação de Serviços de Analise de processos, operação, suporte técnico a usuários da rede corporativa	20/04/2014	04.985.691/0001-80	Martins Consultoria Empresarial Ltda.	R\$44.008,37	R\$ 44.008,37
22/2012	Serviços de Comunicações de Dados	19/11/2015	33.000.118/0001-79	Telemar Norte Leste S/A	R\$85.129,56	R\$ 85.129,56

Fonte: UTI

Como ponto relevante no exercício se registra a implantação da Política de Segurança da Tecnologia da Informação – PSTI, aprovada pela Resolução DIREX nº 17/2014, de 03 de outubro de 2014, que estabelece os padrões, recomendações e políticas aplicáveis aos recursos de tecnologia da Informação do SEBRAE/SE.

5.4 Outros assuntos administrativos

O SEBRAE/SE passou em 2014 pela terceira avaliação assistida do PSEG – Programa SEBRAE de Excelência em Gestão, tendo tido uma evolução de 52,5% em relação à avaliação anterior, passando 176,0 para 268,5 pontos.

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores concluiu a segunda etapa da primeira fase com a participação de oito fornecedores prestadores de serviços ao SEBRAE/SE, devendo evoluir para 10 novas empresas em primeira fase e desenvolver uma segunda fase com quatro empresas já inseridas no programa.

6. Sustentabilidade

O SEBRAE/SE tem introduzido o uso de procedimento de licitações sustentáveis em seus processos licitatórios. Adotou em licitações de aquisição de materiais de expediente e de materiais para impressão a alternativa de compra de produtos especificados com componentes recicláveis. Já nos investimentos em TI adotou a virtualização de servidores, arquitetura que permite o corte de gastos e aumento no aproveitamento de espaços físicos, com sensível redução no desperdício de energia elétrica. A virtualização traz, por consequência, redução na poluição do meio ambiente pois, minimiza o impacto de futuros descartes de equipamentos no meio ambiente.

Em outras perspectivas da sustentabilidade o SEBRAE/SE age para otimizar o consumo de água tratada abastecendo-se por poço d'água para a água de uso geral e jardins, com energia elétrica fez estudo para a adoção de gerador para suprir as suas necessidades no horário de ponta.

Segue tabela com valores monetários de energia elétrica nos últimos três anos, que já mostra redução da despesa com energia de 2012 para 2014 da ordem de 18,4%, mesmo tomando-se os valores históricos.

Tabela 14 – Histórico de Gastos com Energia

Consumo de Energia do SEBRAE	
Ano	Valor (R\$)
2012	277.051,85
2013	246.052,21
2014	226.068,53

Fonte: Contabilidade

Para a racionalização do uso de papel está ainda trabalhando num projeto de gestão informatizada de documentos que inclui também a digitalização como elemento para a eliminação/redução de cópias.

Como ação dirigida ao cuidado com o meio ambiente é feita a separação do lixo como plástico e papel, e encaminhado a uma cooperativa de reciclagem.

7. Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle

7.1 Tratamentos das deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Quadro 38 - Deliberações do TCU Atendidas

Deliberações do TCU Atendidas					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	034.546/2011-1	4550/2012	1.7.1	Determinação	Ofício 753/2012 - TCU/SECEX-SE
Descrição da Deliberação:					
Ausência de elaboração de um plano estratégico de tecnologia da informação, e do estabelecimento do Comitê de TI.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Unidade de Tecnologia da Informação					
Síntese da Providência adotada					
A Diretoria Executiva do SEBRAE/SE aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2012-2014), através da Resolução de nº 02/2014, de 11 de fevereiro de 2014. No Plano Diretor de Tecnologia da Informação estão destacadas as ações e projetos de tecnologia e informática implantados em 2014, tendo como base o alinhamento com a estratégia da corporação. O Comitê de Tecnologia da informação foi constituído em 09/09/2011, através da Portaria nº 18/2011. O Regulamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/SE, que tem por objetivo principal promover a utilização planejada e coordenada das aquisições e serviços de Tecnologia da Informação, para dar suporte às necessidades operacionais do SEBRAE/SE foi aprovado em 06/08/2012. Esclareça-se que a composição do Comitê Gestor está definida na Instrução Normativa nº 01/2014, que estabelece os padrões, recomendações e políticas aplicáveis aos recursos de tecnologia da Informação, aprovada em 03/10/2014 (Resolução DIREX 17/2014), a saber: representantes da Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, Unidade de Gestão de Pessoas, Unidade Jurídica, Unidade de Auditoria, Diretoria Superintendência, Diretoria das áreas administrativa e financeira e Diretoria técnica.					
Deliberações do TCU Atendidas					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	034.546/2011-1	4550/2012	1.7.2	Determinação	Ofício 753/2012 - TCU/SECEX-SE
Descrição da Deliberação:					
Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Unidade de Tecnologia da Informação					
Síntese da Providência adotada					
A Política de Segurança da Informação - PSTI foi aprovada pela Resolução nº 03/2014, de 11 de fevereiro de 2014. O documento “Política de Segurança de Usuários” (estabelece as diretrizes que o SEBRAE/SE adota no uso da internet, e-mail e demais serviços que comprometam a segurança da informação no que concerne aos colaboradores do SEBRAE/SE) e “Política de Segurança da Informação” (estabelece as diretrizes que o SEBRAE/SE adota no que concerne à segurança da informação, atribuindo responsabilidades e instituindo normas e procedimentos que devem ser seguidos por todos os colaboradores do SEBRAE/SE). Além da Política de Segurança da Informação - PSTI, o SEBRAE/SE aprovou em 03/10/2014 (Resolução DIREX 17/2014), a Instrução Normativa nº 01/2014, que estabelece os padrões, recomendações e políticas aplicáveis aos recursos de tecnologia da Informação. Esta Instrução Normativa foi					

amplamente divulgada por meio de campanhas de sensibilização aos usuários.

Deliberações do TCU Atendidas

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	034.546/2011-1	4550/2012	1.7.3	Determinação	Ofício 753/2012 - TCU/SECEX-SE

Descrição da Deliberação:

Ausência de área específica, responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Unidade de Tecnologia da Informação

Síntese da Providência adotada

O Comitê Gestor de TI, instituído no dia 09/09/2011, através da Portaria nº 18/2011, assume as responsabilidades definidas para lidar estrategicamente com situações envolvendo segurança da informação. O Comitê Gestor acompanhou a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/SE e foi responsável pela elaboração da Política de Segurança de Tecnologia e Informação - PSTI, como também pela Instrução Normativa nº 01/2014, aprovada em 03/10/2014, que estabelece os padrões, recomendações e políticas aplicáveis aos recursos de tecnologia da Informação.

Deliberações do TCU Atendidas

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	034.546/2011-1	4550/2012	1.7.6	Determinação	Ofício 753/2012 - TCU/SECEX-SE

Descrição da Deliberação:

Ausência nos procedimentos licitatórios de referência aos benefícios esperados na contratação de bens e serviços de TI.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Unidade de Tecnologia da Informação

Síntese da Providência adotada

Baseados no PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com a exposição das justificativas expostas em documentos de comunicação interna e respectivos Termos de Referência, os procedimentos licitatórios apresentam os benefícios nas contratações de bens e serviços de TI.

Deliberações do TCU Atendidas

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	034.546/2011-1	4550/2012	1.7.7	Determinação	Ofício 753/2012 - TCU/SECEX-SE

Descrição da Deliberação:

Divergência entre as informações constantes do Relatório de Gestão e as prestadas pela entidade, como a que foi verificada no Relatório de Gestão 2010, onde consta que a participação de terceiros em bens e serviços de TI é da ordem de 83%, enquanto que em resposta à CGU/SE, o gestor da entidade informou que tal participação é de 100% (subitem 4.6 desta instrução)

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Unidade de Tecnologia da Informação

Síntese da Providência adotada

O Plano Diretor aprovado através da Resolução DIREX de nº 02/2014, de 11/02/2014 suprirá a ausência de informações na contratação de bens e serviços de TI.

Deliberações do TCU Atendidas					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
43	012.422/2006-1	4685/2012	9.3.15	Recomendação	Ofício 978/2012 TCU/SECEX-SE
Descrição da Deliberação:					
Relativamente ao Contrato 38/03 e ao cumprimento do item 1.3 do acórdão 1.966/2005-1ª Câmara, especialmente o subitem 1.3.2, atentar para o recolhimento das máquinas cedidas pelo SENAI/SE dos locais em que se encontravam à época da determinação, procedendo a estudo (se já não o fez) sobre a escolha de novos locais em que tais máquinas possam ser utilizadas dentro da finalidade prevista no referido contrato e dos objetivos do SEBRAE/SE.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Síntese da Providência adotada					
As máquinas de costura, objeto do Contrato de Comodato de nº 38/03 foram doadas ao SEBRAE/SE, através do Termo de Doação de bens móveis, firmado entre o SENAI/SE e o SEBRAE/SE em 27/05/2013. Em 09/06/2014, dentro do Programa de Implantação de Células Produtivas no Segmento de Confeccões no Estado Sergipe, o SEBRAE/SE doou 200 máquinas de costura às seguintes Associações: Associação da Confeção do Município de Itabaianinha (100 máquinas), inscrita no CNPJ nº 08.244.023/0001-53 e Associação Comunitária do Povoado Patu (100 máquinas), inscrita no CNPJ nº 00.776.578/0001-34.					

Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento.

7.2 Tratamentos das recomendações feitas pela CGU

Quadro 39 - Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas

Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas				
Recomendações expedidas pela CGU				
Ordem	Relatório	Área	Subárea	Assunto
1	201109558 - 2ª parte	Gestão Operacional	Avaliação dos Resultados	Sistema de Informações Operacionais
Constatação				
Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - TI do SEBRAE/SE, bem como do estabelecimento de Comitê de TI.				
Recomendação				
Elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, a fim de balizar os processos de aquisições de hardware, softwares, adequação do pessoal às necessidades da entidade e definição das soluções de tecnologias da informação a serem contratadas.				
Providências Adotadas				
Setor responsável pela implementação				
Unidade de Tecnologia da Informação				
Síntese da Providência adotada				
A Diretoria Executiva do SEBRAE/SE aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (2012-2014), através da Resolução de nº 02/2014, de 11 de fevereiro de 2014. No Plano Diretor de Tecnologia da Informação estão destacadas as ações e projetos de tecnologia e informática implantados em 2014, tendo como base o alinhamento				

com a estratégia da corporação. O Comitê de Tecnologia da informação foi constituído em 09/09/2011, através da Portaria nº 18/2011. O Regulamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/SE, que tem por objetivo principal promover a utilização planejada e coordenada das aquisições e serviços de Tecnologia da Informação, para dar suporte às necessidades operacionais do SEBRAE/SE foi aprovado em 06/08/2012. Esclareça-se que a composição do Comitê Gestor está definida na Instrução Normativa nº 01/2014, que estabelece os padrões, recomendações e políticas aplicáveis aos recursos de tecnologia da Informação, aprovada em 03/10/2014 (Resolução DIREX 17/2014), a saber: representantes da Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, Unidade de Gestão de Pessoas, Unidade Jurídica, Unidade de Auditoria, Diretoria Superintendência, Diretoria das áreas administrativa e financeira e Diretoria técnica.

Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas

Recomendações expedidas pela CGU

Ordem	Relatório	Área	Subárea	Assunto
2	201109558 2ª parte	Gestão Operacional	Avaliação dos Resultados	Sistema de Informações Operacionais

Constatação

Inexistência de uma Política de Segurança da Informação (PSI) no SEBRAE/SE.

Recomendação

Definir uma política voltada à proteção dos sistemas de informação

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Unidade de Tecnologia da Informação

Síntese da Providência adotada

A Política de Segurança da Informação - PSTI foi aprovada pela Resolução nº 03/2014, de 11 de fevereiro de 2014. O documento “*Política de Segurança de Usuários*” (estabelece as diretrizes que o SEBRAE/SE adota no uso da internet, e-mail e demais serviços que comprometam a segurança da informação no que concerne aos colaboradores do SEBRAE/SE) e “*Política de Segurança da Informação*” (estabelece as diretrizes que o SEBRAE/SE adota no que concerne à segurança da informação, atribuindo responsabilidades e instituindo normas e procedimentos que devem ser seguidos por todos os colaboradores do SEBRAE/SE). Além da Política de Segurança da Informação - PSTI, o SEBRAE/SE aprovou em 03/10/2014 (Resolução DIREX 17/2014), a Instrução Normativa nº 01/2014, que estabelece os padrões, recomendações e políticas aplicáveis aos recursos de tecnologia da Informação. Esta Instrução Normativa foi amplamente divulgada por meio de campanhas de sensibilização aos usuários.

Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas

Recomendações expedidas pela CGU

Ordem	Relatório	Área	Subárea	Assunto
3	201109558 2ª parte	Gestão Operacional	Avaliação dos Resultados	Sistema de Informações Operacionais

Constatação

Ausência de área específica, responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação PSI no SEBRAE/SE.

Recomendação

Criar, na estrutura da Unidade de Informação do SEBRAE/SE, uma área com atribuições voltadas para a segurança de informação, conforme previsto no projeto de modernização da estrutura de informação do SEBRAE/SE.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Unidade de Tecnologia da Informação

Síntese da Providência adotada

O Comitê Gestor de TI, instituído no dia 09/09/2011, através da Portaria nº 18/2011, assume as responsabilidades definidas para lidar estrategicamente com situações envolvendo segurança da informação. O Comitê Gestor acompanhou a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/SE e foi responsável pela elaboração da Política de Segurança de Tecnologia e Informação - PSTI, como também pela Instrução Normativa nº 01/2014, aprovada em 03/10/2014, que estabelece os padrões, recomendações e políticas aplicáveis aos recursos de tecnologia da Informação.

Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas

Recomendações expedidas pela CGU

Ordem	Relatório	Área	Subárea	Assunto
4	201408185	Gestão Administrativa	Gestão de Pessoas	Cessão Empregado

Constatação

Cessão inapropriada de empregado do SEBRAE/SE à Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE.

Recomendação

Evitar a cessão de empregados para outras instituições e órgãos públicos ou privados quando não restar cabalmente demonstrada a compatibilidade das atribuições a serem desenvolvidas junto ao cessionário com os objetivos institucionais do Sebrae/SE e, notadamente, quando houver, em seu quadro de pessoal, vagas no mesmo cargo que ocupa o pretenso cedido.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Unidade de Gestão de Pessoas

Síntese da Providência adotada

O SEBRAE/SE somente cederá empregado para instituições e órgãos públicos ou privados quando demonstrada a compatibilidade das atribuições a serem desenvolvidas junto ao cessionário com os objetivos institucionais do SEBRAE/SE. No tocante ao empregado Aldebrando de Menezes Leite, cedido ao Município de Riachuelo/SE em 15/01/2014, o mesmo retornou ao SEBRAE/SE em 15 de janeiro/2015.

8. Informações Contábeis

8.1 Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores

Em anexo estão apresentadas as demonstrações e parecer da auditoria externa.

9. Resultados e Conclusões

Numa avaliação geral a gestão do SEBRAE/SE em 2014 atendeu aos objetivos traçados para o exercício de referência, devendo em 2015 continuar a serem perseguidos pontos de atenção com medidas de gestão previstas no PPA 2015-2018 para mitigar as dificuldades encontradas para a melhor realização dos objetivos, como a seguir elencado:

Quadro 40 – Medidas de Gestão PPA 2015-2018

Item	Ponto de Atenção	Medida de Gestão	Responsável	Prazo
1	Quadro de pessoal reduzido	Contratação conforme processo seletivo.	DIREX, UGP	Janeiro 2015
2	Baixa geração e captação de contrapartida de receita própria	-Realizar estudo/levantamento das reais possibilidades de obtenção dos recursos previstos para definição da estratégia a ser adotada durante o ano para o alcance da meta.	USE, UACs, UDT, UPP	Fevereiro 2015
3	Necessidade de monitoramento sistemático da aplicação da estratégia	-Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE) sendo realizadas com calendário fixo anual e periodicidade trimestral.	DIREX, UGE	Medida Implementada.
4	Adequação das instalações físicas do Sebrae na sede e no interior	-Reformar e / ou adequar as instalações físicas de forma a melhor atender à crescente demanda de atendimentos e, no caso do edifício sede, facilitando o acesso de pedestres e o fluxo interno de pessoas.	DIREX, UADLOG	Dezembro 2016
5	Ampliar a presença do Sebrae nos municípios de menor densidade empresarial	-Dezesseis Pontos do Empreendedor já em funcionamento, nos territórios do Baixo São Francisco e Sul Sergipano.	UPP, UDT	Medida Implementada.
6	Ampliar a atuação em municípios castigados pelos longos períodos de estiagem.	-Implantação e ampliação de projetos que propõem estratégias de convivência com a seca. Ex: Palma Doce Sustentável, Sertão Empreendedor.	UAC- AGRONEGÓCIOS	Medida Implementada.

7	<p>Perspectiva de decréscimo no desempenho de algumas atividades determinantes para a economia do estado.</p>	<p>-Realização de sondagens diagnósticas visando a implementação de ações voltadas ao encadeamento produtivo de setores econômicos alternativos, oportunidade gerada pela implantação futura de empresas de base tecnológica e ligadas ao setor automotivo.</p>	<p>UAC-INDÚSTRIA</p>	<p>Janeiro 2017</p>
---	---	---	----------------------	---------------------

10. Relacionamento com a Sociedade

O SEBRAE/SE vem procurando atender aos normativos de acessibilidade, já disponibilizando as vagas no estacionamento, reserva de espaço no auditório e banheiros (foi colocado vaso sanitário diferenciado para o deficiente). Em projeto de reforma da sede em elaboração está previsto a instalação de plataforma elevatória para portadores de necessidades especiais e visitantes com dificuldades provisórias de locomoção.

ANEXOS

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Sergipe - SEBRAE/SE**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

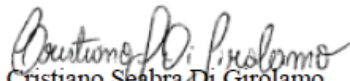
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe – SEBRAE/SE em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 23 de janeiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.638	3.759	Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	9	819	644
Valores a receber	5	925	375	Obrigações com convênios e contratos	10	27	24
Numerários vinculados a convênios e programas	6	76	83	Contas a pagar a fornecedores e outros	11	1.322	994
Adiantamentos concedidos		230	222	Obrigações trabalhistas	12	1.741	1.604
Créditos com o Sistema SEBRAE	7	1	109	Obrigações com o Sistema SEBRAE	7	1.314	1.206
Outros créditos		517	220				
Total do ativo circulante		9.387	4.768	Total do passivo circulante		5.223	4.472
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	13	52	226	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	13	620	279
Imobilizado	8	14.512	14.503	Obrigações fiscais		11	129
Total do ativo não circulante		14.564	14.729	Total do passivo não circulante		631	408
				Total do passivo		5.854	4.880
				Patrimônio líquido	14		
				Superávits acumulados		4.856	4.620
				Superávit do exercício		3.480	56
				Ajustes de avaliação patrimonial		9.761	9.941
				Total do patrimônio líquido		18.097	14.617
Total do ativo		23.951	19.497	Total do passivo e patrimônio líquido		23.951	19.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas			
Receitas com Contribuição Social (CSO e CSN)	15	41.664	34.031
Receitas de empresas beneficiadas	16	1.801	1.432
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	17	816	373
Outras receitas operacionais		<u>163</u>	<u>135</u>
Total das receitas		<u>44.444</u>	<u>35.971</u>
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	18	(13.188)	(12.168)
Despesas com serviços profissionais e contratados	19	(18.952)	(16.267)
Custos e despesas com operacionalização	20	(7.673)	(6.219)
Encargos diversos		(201)	(127)
Despesas com programas e convênios	21	-	(264)
Despesas com provisões		(434)	(3)
Despesas com depreciação e amortização		(1.099)	(899)
Outras		<u>(165)</u>	<u>(277)</u>
Total das despesas		<u>(41.712)</u>	<u>(36.224)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro líquido		<u>2.732</u>	<u>(253)</u>
Receitas financeiras	22	785	351
Despesas financeiras	22	<u>(37)</u>	<u>(42)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>748</u>	<u>309</u>
Superávit do exercício		<u><u>3.480</u></u>	<u><u>56</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Superávit do exercício	3.480	56
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>3.480</u>	<u>56</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Superávit do exercício	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	<u>3.918</u>	<u>522</u>	<u>10.121</u>	<u>14.561</u>
Incorporação do superávit do exercício anterior	522	(522)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	-	(180)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>56</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>4.620</u>	<u>56</u>	<u>9.941</u>	<u>14.617</u>
Incorporação do superávit do exercício anterior	56	(56)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	-	(180)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>3.480</u>	<u>-</u>	<u>3.480</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>4.856</u>	<u>3.480</u>	<u>9.761</u>	<u>18.097</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	3.480	56
Ajustes para:		
Depreciação	1.099	899
Baixa de ativo imobilizado	31	68
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	341	(179)
	<u>4.951</u>	<u>844</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(550)	(219)
Numerários vinculados a convênios e programas	7	355
Adiantamentos concedidos	(8)	101
Créditos com o Sistema SEBRAE	108	(104)
Outros créditos	(297)	(187)
Depósitos judiciais	174	(195)
	<u>(566)</u>	<u>(249)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	175	30
Obrigações com convênios e contratos	3	(176)
Contas a pagar a fornecedores e outros	328	619
Obrigações trabalhistas	137	476
Obrigações com o Sistema SEBRAE	108	608
Obrigações fiscais	(118)	129
	<u>633</u>	<u>1.686</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	<u>5.018</u>	<u>2.281</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	<u>(1.139)</u>	<u>(1.031)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(1.139)</u>	<u>(1.031)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>3.879</u>	<u>1.250</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.759	2.509
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.638	3.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (“SEBRAE/SE” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Av. Tancredo Neves, nº 5.500, Bairro América, Aracaju, Sergipe.

O âmbito de atuação do SEBRAE/SE constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do estado de Sergipe, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/SE recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Banco do Brasil S/A;
- Banco do Estado de Sergipe;
- Caixa Econômica Federal;
- Câmara de Dirigentes Lojistas de Aracaju - CDL;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Instituto de Tecnologia e Pesquisa do Estado de Sergipe - ITPS;
- Federação das Associações Comerciais e Industriais Agropastoris de Sergipe - FACIASE;
- Federação da Agricultura do Estado de Sergipe - FAESE;
- Federação do Comércio do Estado de Sergipe – FECOMÉRCIO/SE;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Sergipe - FCDL;
- Federação das Indústrias do Estado de Sergipe - FIES;
- Outras unidades do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, bem como o SEBRAE Nacional;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia - SEDETEC;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; e

- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

O SEBRAE/SE é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 8).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 23 de janeiro de 2015.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº 3); revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 8); provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 13); e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 23).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

c. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Não há julgamentos críticos relevantes.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 15). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional – CSN são relacionadas com a execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 15).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 16).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, numerários vinculados a convênios e programas, adiantamentos concedidos, créditos com o sistema SEBRAE e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com convênio e contratos, contas a pagar a fornecedores e outros, e obrigações com o sistema SEBRAE.

Contas a pagar a fornecedores e outros

As contas a pagar a fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 11).

(iii) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. *Classificação entre circulante e não circulante*

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 8).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Nota Explicativa nº 8).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 13).

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota Explicativa nº 9).

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado (Nota Explicativa nº 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Bancos (i)	395	113
Aplicações financeiras (ii)	7.243	3.646
	<u>7.638</u>	<u>3.759</u>

- (i) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, se encontram a seguir descritas:

	2014	2013
Banco do Brasil	226	5
Banco do Nordeste	22	21
Banese	79	87
Caixa Econômica Federal	68	-
	395	113

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	2014	2013
Banco do Brasil	CDB	3.033	949
Caixa Econômica Federal	FIF Milênio	4.219	2.700
Provisão para IRRF (*)		(9)	(3)
		7.243	3.646

- (*) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

5 Valores a receber

	2014	2013
Créditos a receber	925	375
	925	375

Créditos referentes às operações de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

6 Numerários vinculados a convênios e programas

	2014	2013
Contas Correntes – Banco do Brasil	21	1
Aplicações Financeiras – Banco do Brasil	55	82
	76	83

Correspondem a recursos financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/SE, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SE. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com convênios e contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 10.

7 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal chave da Administração; e
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

Os saldos e transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	2014	2013
Recursos de CSN a receber	-	109
CSO – Ressarcimentos a receber	1	-
	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>1</u>	<u>109</u>

Não há incidência de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	2014	2013
CSN a devolver	1.314	1.206
	<u>1.314</u>	<u>1.206</u>
	<u>1.314</u>	<u>1.206</u>

Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2014 os acertos contábeis no SEBRAE/SE e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

	2014	2013
Contribuição Social Ordinária (CSO)	29.680	26.159
Contribuição Social Ordinária (CSO) – Saldo	3.419	1.804
Contribuição Social Ordinária - Ressarcimentos	122	-
Contribuição Social Nacional (CSN)	8.443	6.068
	<u>41.664</u>	<u>34.031</u>
	<u>41.664</u>	<u>34.031</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos à diretores

A Entidade não concede empréstimos para diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva. De acordo com o art. 9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/SE é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	2014	2013
Remuneração	977	907
Benefícios	85	42
	1.062	949

8 Ativo imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Saldo em 1º/01/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Custo				
Terreno	6.264	-	-	6.264
Edificações	8.849	-	-	8.849
Móveis e utensílios	864	54	(24)	894
Veículos e acessórios	615	105	-	720
Máquinas e equipamentos	962	89	(52)	999
Equipamentos de informática	2.344	833	(41)	3.136
Instalações	202	45	(22)	225
Obras de arte	26	13	-	39
Bens de terceiros	281	-	-	281
Total do custo	20.407	1.139	(139)	21.407
Depreciação acumulada				
Edificações	(2.819)	(354)	-	(3.173)
Móveis e utensílios	(458)	(40)	21	(477)
Veículos e acessórios	(518)	(26)	-	(544)
Máquinas e equipamentos	(440)	(63)	45	(458)
Equipamentos de informática	(1.262)	(597)	42	(1.817)
Instalações	(125)	(19)	-	(144)
Bens de terceiros	(282)	-	-	(282)
Total da depreciação acumulada	(5.904)	(1.099)	108	(6.895)
Total líquido	14.503		14.512	

9 Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

	2014	2013
Remuneração a pagar	24	-
Encargos sociais a recolher	286	209
Consignações da folha de pagamento	-	-
Obrigações fiscais a recolher	509	435
	819	644

10 Obrigações com convênios e contratos

	2014	2013
Convênio Cooperforte Artesanato	14	12
Convênio FECOMÉRCIO	7	7
Convênio Cooperforte Lagarto	5	5
Convênio 02/2013 EMSETUR ABIH	1	-
	27	24

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

11 Contas a pagar a fornecedores e outros

	2014	2013
Fornecedores	727	823
Depósitos e cauções	37	35
Outras obrigações	558	136
	1.322	994

12 Obrigações trabalhistas

	2014	2013
Férias e encargos (i)	1.199	1.130
13º Salário e encargos (ii)	24	-
Remuneração variável (iii)	518	474
	1.741	1.604

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (ii) Corresponde ao FGTS do 13º salário a ser pago em Janeiro de 2015.
- (iii) A remuneração variável será calculada tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/SE, desempenho da equipe e o desempenho individual de cada colaborador.

Tipo de resultados que compõem o cálculo da remuneração variável	% de participação
Resultados organizacionais do SEBRAE/SE	50% de uma remuneração
Resultados da equipe	30% de uma remuneração
Resultados individuais	20% de uma remuneração
Total	100% de uma remuneração

13 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/SE como risco “provável” de perda:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	2014	2013	2014	2013
Riscos trabalhistas	52	110	-	-
Riscos cíveis	-	-	100	-
Riscos fiscais	-	116	279	279
COFINS	-	-	241	-
	52	226	620	279

Os principais processos existentes em 31 de dezembro de 2014 cuja probabilidade de perda fora classificada como provável pelos assessores jurídicos da Entidade estão a seguir descritos:

1.Ação: Execução fiscal

Autor: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS

Processo n.º:200385000033965

Procurador: Nelson Silvério de Santana Filho

INICIO: 14/04/2003

*Valor da causa: R\$ 194.179,60

2.Ação: Execução fiscal

Autor: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS

Processo n.º:200385000033941

Procurador: Marcos Antonio Ribeiro Silva Galdino

INICIO: 14/04/2003

*Valor da causa: R\$ 85.030,44

3.Ação: Ação de Indenização – Acidente de Trabalho

Autor: Patricia Maia dos Santos

Processo n.º:201211201271

INICIO: 05/09/2012

*Valor da causa: R\$ 100.000,00

O SEBRAE/SE possui ainda o valor de R\$ 108 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2013) relativo à processos de natureza trabalhista classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras.

14 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

15 Receitas com contribuição social

	2014	2013
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	29.680	26.159
Contribuição Social Ordinária – Saldo (CSO saldo) (b)	3.419	1.804
Contribuição Social Ordinária – Ressarcimentos (c)	122	-
Contribuição Social do Nacional - CSN (d)	8.443	6.068
	41.664	34.031

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Ordinária – Saldo (CSO saldo)

São alocadas as receitas incorporadas na programação do exercício oriundas de saldos orçamentários de exercícios anteriores.

c. Contribuição Social Ordinária – Ressarcimentos

São alocadas as receitas de crédito orçamentário estimado para cobrir futuras despesas de viagens patrocinadas pelas unidades do SEBRAE/NA.

d. Contribuição Social Nacional (CSN)

São alocadas as receitas a título de contribuição de programação adicional transferidas pelo SEBRAE/NA de competência do exercício corrente. Estão diretamente vinculadas à execução de projetos finalísticos, dessa forma, o reconhecimento da receita é efetuado à medida que as correspondentes despesas são incorridas.

16 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	2014	2013
Treinamentos	271	226
Consultoria	1.047	906
Feiras	456	288
Palestras	-	9
EMPRETEC	-	3
Elaboração de projetos	27	-
	1.801	1.432

O aumento em 2014 na rubrica de “Consultoria” é decorrente do crescimento de diversas ações vinculadas aos projetos do SEBRAE/SE.

17 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/SE.

	2014	2013
Convênio PETROBRAS	-	1
Convênio FBB PALMA – SE	-	124
Convênio EMSETUR ABIH 02/2013	-	61
Convênio PETROBRAS 02/2013	816	187
	816	373

Verifica-se que houve um aumento em 2014 na realização dessas receitas, provenientes da liberação de recursos do convênio Petrobras.

18 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	2014	2013
Salário e proventos	(7.237)	(6.573)
13º. Salário	(604)	(556)
Férias	(850)	(829)
Outros gastos com pessoal	(15)	(75)
Encargos sociais	(2.675)	(2.518)
Benefícios sociais	(1.807)	(1.617)
	(13.188)	(12.168)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento. O aumento ocorrido no grupo foi decorrente de alguns fatores:

- Reajuste de 8%, concedido através de acordo coletivo, que majorou salários do corpo funcional e da diretoria executiva, gratificações de gerentes, secretárias e assessores a partir de 1º de abril de 2014.
- Constituição da provisão da remuneração variável tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/SE, o desempenho de cada equipe e o desempenho individual.

19 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais sobre serviços prestados.

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

	2014	2013
Instrutoria e consultoria (a)	(9.335)	(8.134)
Serviços técnicos e especializados	(2.374)	(1.782)
Manutenção, segurança e limpeza	(1.556)	(910)
Demais serviços contratados (b)	(5.326)	(5.199)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(361)	(242)
	(18.952)	(16.267)

(a) Esse grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais. O aumento no período deve-se ao grande crescimento nas ações dos projetos do SEBRAE/SE.

(b) Essas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e outros serviços contratados.

20 Custos e despesas com operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	2014	2013
Despesa de viagem	(2.626)	(2.308)
Aluguéis e encargos	(1.715)	(1.331)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(529)	(453)
Serviços gráficos e de reprodução	(727)	(485)
Serviço de comunicação em geral	(338)	(330)
Materiais de consumo	(1.254)	(725)
Demais custo e despesas gerais	(484)	(587)
	(7.673)	(6.219)

21 Despesas com programas e convênios

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas de parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício.

Entidade	Convênio	2014	2013
SEBRAE/PE	02/2008	-	(166)
SEBRAE/PE	38/2013	-	(98)
		-	(264)

22 Resultado financeiro líquido

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos ordinários	139	48
Rendimentos recursos próprios	354	213
Rendimentos recursos adicionais	292	90
Subtotal	785	351
Despesas financeiras		
Outras despesas	(37)	(42)
Subtotal	(37)	(42)
Total receita financeira líquida	748	309

23 Benefícios a empregados pós-emprego

23.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.g, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Abono anual;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez; e
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/SE contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

	2014	2013
Valor justo dos ativos do Plano	65	42
Valor presente das obrigações atuariais	(32)	(26)
Superávit	33	16

Observado a avaliação atuarial do exercício de 2014 em conformidade com o CPC 33 (R1) e verificada a inexistência de passivo atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador, não há reconhecimento de provisão de despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

As contribuições dos participantes e do patrocinador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram:

Contribuições	2014	2013
Participantes	568	401
Básica	269	215
Serviços passados	92	76
Voluntárias	207	110
Patrocinador	2.936	767
Básica	2.865	760
Benefícios de risco	71	7
	3.504	1.168

23.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido:

	2014	2013
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(26)	(25)
Custos do serviço corrente e juros	(5)	(5)
Ganho de redução		
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes (veja abaixo)	(1)	4
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(32)	(26)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano:

	2014	2013
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	41	29
Contribuições pagas ao plano	72	7
Retorno esperado dos ativos do plano	4	4
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes (veja abaixo)	(52)	2
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	65	42

Despesa reconhecida no resultado:

	2014	2013
Custo do serviço corrente	2	2
Juros sobre obrigação	-	-
Efeito do limite de ativo	(15)	(11)
Retorno esperado dos ativos do plano	4	4
	(9)	(5)

Premissas atuariais:

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

	2014	2013
Taxa real anual de juros	11,22% a.a	11,54% a.a
Projeção de crescimento real de salário	2,18% a.a	2,10% a.a
	5,00% a.a	5,00% a.a

Taxa de inflação média anual		
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,22% a.a	11,54% a.a

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

	2014	2013
Taxa de rotatividade	4,58%	4,75%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 M e F Desag10%	AT-2000 M e AT-2000 F
Tábua mortalidade/ sobrevivência de inválidos	50% UP M + 50% UP F	UP 94(MÉDIA)
Tábua de entrada em invalidez	Tasa 1927 MeF	HUNTER
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-2000 M e F Desag10%	AT-2000 M e AT-2000 F

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

24 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento);
- Valores a receber;
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais; e
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.638	3.759
Valores a receber	5	925	375
Numerários vinculados a convênios e programas	6	76	83
Adiantamentos concedidos		230	222
Créditos com o Sistema SEBRAE	7	1	109
Outros créditos		516	220

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2014, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em			Mais de 1 ano
	31/12/2014	Até 6 meses	1 ano	
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	819	819	-	-
Obrigações com convênios e contratos	27	27	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	1.322	1.322	-	-
Obrigações trabalhistas	1.741	-	1.741	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.314	1.314	-	-
Obrigações fiscais	11	-	-	11
Passivos financeiros	Valor em			Mais de 1 ano
	31/12/2013	Até 6 meses	1 ano	
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	644	644	-	-
Obrigações com convênios e contratos	24	24	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	994	994	-	-
	1.604	-	1.604	-

Obrigações trabalhistas				
Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.206	1.206	-	-
Obrigações fiscais	129	-	-	129

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Por não está exposta significativamente aos riscos de taxa de câmbio e risco de taxa de juros nas suas operações passivas, a Entidade entende ser desnecessário a apresentação de uma análise sensibilidade.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 14.300 para imóveis, R\$ 408 para veículos e R\$ 3.000 de responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 10 de setembro de 2015, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

* * *



PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SEBRAE/SE SOBRE OS RELATÓRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014.

Examinamos as seguintes Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial comparado (2013-2014); Demonstração do Superávit (dados comparados 2013-2014); Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social (dados comparados, 2013-2014); Demonstração dos Fluxos de Caixa (dados comparados 2013-2014) e Relatório das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, contendo as respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2014.

Respaldados no Relatório das Demonstrações Financeiras confeccionado pelos auditores independentes da KPMG, que atesta que as demonstrações contábeis acima mencionadas, relativas ao exercício 2014, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustadas às regras contidas no Manual de Contabilidade do Sistema SEBRAE, o Conselho Fiscal, considerando estarem satisfatórios os demonstrativos apresentados, bem como os esclarecimentos prestados vota, favoravelmente, a sua aprovação, sem ressalvas.

Aracaju, 11 de fevereiro de 2015


Epifânio José Fontes de Goes
Representante Titular do SENAR
Presidente do Conselho Fiscal


José Normando de Mota Guimarães Filho
Representante Titular do Banco do Brasil/SE


Élide Maria Candida Pereira Santos
Representante Titular da SEDETEC



CONSELHO DELIBERATIVO
RESOLUÇÃO n. ° 02/2015
De 27 de fevereiro de 2015


Aprova a Prestação de Contas do SEBRAE/SE, relativa ao exercício de 2014, e dá providências correlatas.

O CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL do Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de Sergipe, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XI do Art. 13, combinado com o Art. 31 do Estatuto Social do SEBRAE/SE,

R E S O L V E:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas do SEBRAE/SE, relativa ao exercício de 2014, parte integrante desta Resolução, independentemente de sua transcrição.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data.



RAYMUNDO ALMEIDA NETO

Presidente do Conselho Deliberativo em exercício